

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**JOGA PEDRA NA GENI: MEDIAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO
DA IDENTIDADE COMO PRODUÇÃO DE CIDADANIA A PARTIR DO NÚCLEO
DE ESTUDOS DA PROSTITUIÇÃO**

NICOLE DE AGUIAR DUARTE

Porto Alegre
2022

NICOLE DE AGUIAR DUARTE

**JOGA PEDRA NA GENI: MEDIAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO
DA IDENTIDADE COMO PRODUÇÃO DE CIDADANIA A PARTIR DO NÚCLEO
DE ESTUDOS DA PROSTITUIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Valente
Dullo

**Porto Alegre
2022**

CIP - Catalogação na Publicação

de Aguiar Duarte, Nicole
Joga Pedra na Geni: mediação sociopolítica e
transformação da identidade como produção da cidadania
a partir do Núcleo de Estudos da Prostituição / Nicole
de Aguiar Duarte. -- 2022.
55 f.
Orientador: Carlos Eduardo Valente Dullo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. ONGs. 2. mediação sociopolítica. 3. identidade.
4. cidadania. 5. NEP. I. Eduardo Valente Dullo,
Carlos, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A universidade foi cenário de inúmeras primeiras experiências e de trocas que dificilmente se concentrariam, nessa mesma intensidade, em outro lugar. Agradeço imensamente por toda a resiliência e amadurecimento que essa longa e louca caminhada me proporcionou. E enquanto tenho a certeza de que não conseguirei citar todos que participaram dela de alguma forma, tenho algumas pessoas em mente.

Agradeço então, primeiramente, às mulheres do NEP. Por dividirem suas histórias, suas reflexões, suas críticas e seus conhecimentos comigo e com tantas outras. Por me mostrarem o quão potentes podemos ser, ainda que tão gentis. Também por trazerem a risada e o deboche em momentos que eu não esperava, e por serem tão solícitas em momentos que eu precisava. Espero ter somado para vocês, ao menos uma parcela mínima, do que vocês somaram para mim.

Ao meu orientador, Eduardo Dullo, que trouxe as indagações e as revisões que, além da minha teimosa independência, não poderiam ter sido feitas sozinha. Por retornar tão rápido os meus e-mails extensos, auxiliar a organizar minhas ideias e, principalmente, acreditar no potencial desse trabalho.

Aos meus pais, por me ensinarem que permanecer focada é essencial, mas que o descanso também precisa da sua parcela de tempo. Pela coragem, persistência e inquietação que tanto estimularam. Foram muitos os momentos de estresse e de ansiedade em que vocês permaneceram sendo, incondicionalmente, meu porto seguro.

À Luísa, na verdade à Fro, por escutar inúmeros desabafos, por me incentivar em quase desistências (isto é, dramas), mas mais do que tudo, por estar aqui comigo. É reconfortante demais saber que tenho com quem contar, independente do espaço e do tempo.

Finalmente, agradeço aos amigos que fiz na universidade, e aos que eu fiz fora dela. Por todos os RUs, todas as noites cansativas estudando, todos os rolês, todas as reclamações e todas as comemorações. Vocês fizeram dessa, uma caminhada muito mais leve e alegre.

Você não sente, não vê mas eu não posso
deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai
acontecer
O que há algum tempo era novo, jovem
Hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer

Elis Regina, Velha Roupas Coloridas, 1976.

RESUMO

Esse trabalho apresenta o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) como mecanismo de mediação sociopolítica e de transformação de identidade para com as mulheres prostitutas do município de Porto Alegre/RS. Através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo realizada a partir de episódios que vivenciei e de relatos narrados pelas próprias integrantes do NEP, analiso o modo como a organização não governamental (ONG) utiliza das possibilidades de sua realidade para produzir cidadania. Para tal, construo meu argumento a partir de um Estado que tem desinteresse em certos grupos e identidades sociais, (re)produzindo um cenário de desigualdades que conduz à criação de margens, que deslegitimam e excluem os alvos dessa marginalização. Paralelamente, o estigma social integra esse contexto desafiador, condicionando certas identidades a privação de direitos e de cidadania. O NEP surge a partir da contestação dessas estruturas: identificando as demandas das mulheres prostitutas, denunciando processos discriminatórios que as atravessam cotidianamente e reivindicando pautas que geralmente centralizam a cidadania. São desenvolvidos então discursos e modos de agência próprios, que são estabelecidos coletivamente mas envolvem a constante negociação com agentes (governamentais e não governamentais) para manter a sua legitimidade e a sua existência. Ao olharmos para o NEP, aprendemos sobre os processos de construção de ONGs e de busca pela cidadania como sendo contínuos, dinâmicos e múltiplos.

Palavras-chave: ONGs. Cidadania. Identidade. Mediação sociopolítica.

ABSTRACT

This work presents Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) as a mechanism of sociopolitical mediation and identity transformation towards women prostitutes in the city of Porto Alegre/RS. Through bibliographic review and field research, based on episodes I experienced and on reports narrated by the NEP members themselves, I analyze the way in which the non-governmental organization (NGO) uses the possibilities of its reality to produce citizenship. To this end, I build my argument from a state that has no interest in certain social groups and identities, (re)producing a scenario of inequalities that leads to the creation of margins, which delegitimize and exclude the targets of this marginalization. At the same time, social stigma is part of this challenging context, conditioning certain identities to the deprivation of rights and citizenship. NEP arises from the contestation of these structures: identifying the demands of women prostitutes, denouncing discriminatory processes that cross them daily and claiming guidelines that generally centralize citizenship. Discourses and modes of agency are then developed, which are collectively established but involve constant negotiation with agents (both governmental and non-governmental) to maintain their legitimation and their existence. By looking at NEP, we learn about the processes of building NGOs and the search for citizenship as being continuous, dynamic and multiple.

Keywords: NGOs. Citizenship. Identity. Sociopolitical Mediation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP - Associação Gaúcha de Prostitutas

CCDH - Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e outros

NEP - Núcleo de Estudos da Prostituição

ONG - Organização Não Governamental

SMIC - Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Porto Alegre

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O NEP ENTRE O ESTADO E O ESTIGMA	9
2.1. Efeitos de um Estado "desinteressado"	9
2.2. O Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP)	13
2.3. O estigma e a reação do estigmatizado	17
3. MEDIAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE CIDADANIA	21
3.1. Mediação sociopolítica e a produção de cidadania	21
3.2. Comunidades que negociam: entre fotos e viagens	25
3.3. Conflitos como impulsionadores da construção de discurso e de agência	29
3.4. Transformação da identidade: a autoestima da "mulher prostituta"	36
4. CONCLUSÕES	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

Cabe abordar, em primeiro lugar, a escolha do título do presente trabalho: “Joga pedra na Geni” é talvez a estrofe mais memorável da música “Geni e o Zepelim”, de Chico Buarque. Na música, Geni é maltratada pelos moradores da cidade por atender a todos os homens, isto é, por ser prostituta. Um dia chega um nobre, num enorme zepelim, querendo explodir o local. Mesmo contra sua vontade, ela se deita com ele como condição para salvar a cidade. A “maldita Geni” torna-se então a “bendita Geni” para os moradores. Entretanto, quando o nobre parte com seu zepelim, eliminando-se o perigo, voltam os cantos de “Joga pedra na Geni/Joga bosta na Geni/Ela é feita pra apanhar/Ela é boa de cuspir/Ela dá pra qualquer um /Maldita Geni”. A música fala sobre o tratamento violento às prostitutas e a hipocrisia do restante da sociedade para com elas. É uma das principais músicas brasileiras que surge quando se pensa em prostituição e na figura da mulher marginalizada; e já foi cantada diversas vezes na organização não governamental (ONG) analisada aqui, seja de maneira humorística, seja em tom de denúncia. É também uma pista para as complexidades nos processos de construção de identidade e de narrativa, tão presentes na constituição de uma organização que trabalha com um grupo social estigmatizado, como as prostitutas.

Em 1950, o sociólogo britânico Thomas Marshall dividiu a cidadania plena em três formas de direitos, que surgiram (na Inglaterra), nessa ordem: civil, política e social. Os direitos civis são os referentes à liberdade individual, como liberdade de pensamento e fé, associando-os com os tribunais de justiça. Os direitos políticos são os que possibilitam a participação no exercício de poder político, como eleito ou eleitor de organismo de autoridade política, correspondendo ao parlamento e aos conselhos locais. Os direitos sociais são relativos ao bem-estar econômico e social, de acordo com os padrões de dignidade naquela sociedade, relacionando-os principalmente com o sistema educacional e os serviços sociais. Ainda que a diferenciação entre os tipos de direitos seja útil, o modelo de cidadania do autor é muito criticado, principalmente por partes do movimento feminista e movimento LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e outros), por reduzir a participação cidadã apenas à legitimação estatal. Além disso,

Ao se respeitar essa lógica, casos como o da construção da cidadania no Brasil não parecem oferecer qualquer desafio analítico-interpretativo: os indisfarçáveis contrastes entre cada uma das constituições brasileiras revelam, de imediato, que aquela sequência sugerida por Marshall simplesmente não encontra a mais remota correspondência no muito pouco linear processo de institucionalização da normatividade moderna entre nós (TAVOLARO, 2001, p. 118).

No Brasil, o processo de surgimento e conquista de direitos foi de desenvolvimento especialmente particular do país, por conta da sua trajetória histórica com regimes instáveis, ora autoritários ora (encaminhando-se para) democráticos. Desde 1822, a cidadania no país era “negativa”, possuindo apenas a abolição da escravidão como sinal mínimo de progresso; a partir de 1930, com Getúlio Vargas, houve avanço nos direitos sociais, mas prejuízo nos políticos e civis; em 1964, na ditadura militar, houve extrema restrição nos direitos políticos e civis e mínimo avanço nos sociais; em 1984, na redemocratização, os direitos políticos e principalmente civis foram restaurados, mas de forma desigual entre a população. A Constituição de 1988 é, definitivamente, um marco na consolidação dos direitos humanos no território nacional, situando a cidadania como princípio fundamental e investindo na maior participação da sociedade civil. As políticas de proteção às mulheres, por exemplo, passaram a ser amplamente debatidas e são inúmeras as conquistas ao longo dos anos, como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e é referência global. A tendência dos indicadores de desigualdade e violência de gênero no país, com os avanços institucionais, é de queda. Entretanto, as mulheres ainda recebem apenas 77,7% do rendimento dos homens; dedicam quase o dobro de tempo para afazeres domésticos ou cuidados de pessoas, evidenciando a divisão sexual do trabalho e dificultando sua inserção laboral formal; apesar do nível mais alto de permanência e instrução escolar, representam apenas 46,8% dos docentes de instituições de ensino superior; são sub-representadas nas esferas decisórias, que incluem posições de liderança no setor público e privado; e estão mais expostas às situações de violência doméstica e sexual (IBGE, 2021).

Premissa da construção e legitimação da cidadania, de identidades sociais e dos direitos humanos, o combate à desigualdade, à intolerância e aos conflitos sociais foi alvo de diversas políticas institucionalizadas. O art. 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece que “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei”. A Constituição da Independência do Brasil de 1824 inicia com a famosa frase “Os homens nascem livres e permanecem livres e com direitos iguais”. O art. 5º da Constituição Brasileira de 1988 prega que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. O art. 7º visa defender o direito ao emprego em condições dignas e ao salário, e o art. 205º estabelece a educação como direito de todos, inclusive como preparo para o pleno exercício da cidadania.

O art. 6º da mesma Constituição já foi retificado em emenda constitucional¹ três vezes, sendo a última em 2016, reconhecendo atualmente que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que atua como canal de comunicação da sociedade com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, é um mecanismo de denúncia que pode ser acessado pelos canais Disque 100, Ligue 180 e aplicativo Direitos Humanos Brasil. Em 2021 foram registrados 190.087 denúncias e 894.981 violações no território nacional, tendo em vista a possibilidade de ocorrência, na mesma denúncia, de vários tipos de violações, motivos, agravantes etc. Os dados indicam maior número de violações contra a integridade e a liberdade na casa onde residem a vítima e o suspeito (por local), principalmente contra crianças ou adolescentes e idosos. Os maiores agravantes são por condutas excessivas/desnecessárias/desaconselhadas e da coabitação/convivência familiar/relação afetiva, e as maiores motivações são em razão da idade, do sexo biológico e de ser mulher. Mais do que ações e pensamentos individuais, esses registros evidenciam o contexto social do país, que legitima o desrespeito e violências contra certos indivíduos e grupos vulneráveis e/ou marcados socialmente como inferiores. É evidente, portanto, que a aparente institucionalização da cidadania e dos direitos humanos no Brasil não corresponderam ao seu exercício efetivo e à sua solidificação no imaginário social coletivo.

Traz-se esses afastamentos entre elaboração e incorporação de certos temas não para fazer um levantamento histórico e bibliográfico acerca destes, mas para contextualizar o estudo etnográfico deste trabalho num Brasil que é repleto de porosidades, incoerências, ambivalências e disputas políticas e sociais. James Holston (2013) afirma que a cidadania brasileira, por exemplo, buscou ser incorporada de forma universalmente incluyente, mas foi amplamente desigual na sua distribuição, de modo que certas diferenças sociais são administradas a fim de legitimar e reproduzir a desigualdade - principalmente em forma de direitos, poderes e privilégios à uma parcela específica da população. Paralelamente, existem movimentos em busca da reorganização e transformação desses elementos de desigualdade, desenvolvendo um tipo de agência própria e complexa, especialmente de ONGs. Ela é construída através de contatos sociais esporádicos e contínuos, mecanismos de reivindicação,

¹ Emenda constitucional “é a modificação de certos pontos, cuja estabilidade o legislador constituinte não considerou tão grande como outros mais valiosos, se bem que submetida a obstáculos e formalidades mais difíceis que os exigidos para alteração de leis ordinárias” (SILVA, 2001, p. 62.). A sua possibilidade foi prevista no art. 59 da Constituição de 1988.

mobilização de linguagens, construção de narrativas coletivas e de comunidades: são essas as mediações sociopolíticas que ocorrem, motivadas pelo objetivo de produzir uma nova cidadania, que transforme o cenário problemático em que se encontram.

Portanto,

[...] como principal identidade da associação ao Estado, a cidadania é diferente de qualquer outro status. Suas condições têm mais efeito, pois ela articula os outros status em termos da estrutura específica da lei, das instituições, das exigências e dos sentimentos do Estado-nação. Da mesma maneira, onde o Estado moderno veio competir com outras formas de união, e a dominá-las, a cidadania nacional se tornou um status-trunfo, administrando as diferenças entre outras identidades. (HOLSTON, 2013, p. 47).

Para isso, argumento que a cidadania precisa ser pensada não apenas enquanto um status que é atribuído pelo Estado e adquirido individualmente (e linearmente) quando ocorre a filiação ou reconhecimento político, mas é “constituída através de um conjunto de práticas associadas à participação na política” (LAZAR, 2016, p. 2). A ênfase nas práticas e nas relações sociais de participação na vida política marca uma perspectiva etnográfica centrada naquelas que se pretendem cidadãs, ao invés da perspectiva da normatividade ou impessoalidade estatal. Ela é observada em condições particulares e políticas de pertencimento para além da relação indivíduo-Estado, visto que somos parte de inúmeras redes de relações sociais de parentesco, cuidado, deveres e obrigações. A cidadania é, concomitante, matéria de frequentes negociações históricas, entre diferentes agentes. Os direitos humanos, intrinsecamente ligados à primeira, também não são hegemônicos e variam conforme seu contexto político: como afirmou Habermas (1998, p. 95), “Os direitos humanos não são verdades morais pré-dadas a serem descobertas, mas sim construções. Ao contrário dos direitos morais, é bastante claro que os direitos legais não devem permanecer politicamente não vinculativos.” Enquanto se firmam os direitos do indivíduo, ele próprio se constrói simultaneamente, em meio a e por meio de comunidades políticas, contatos sociais, burocracias e leis institucionais. Veremos neste trabalho uma parte desse processo de produção da cidadania e de transformação da identidade por meio de mediações sociopolíticas realizadas pelo NEP.

A partir de Gilberto Velho (2001) e Karina Kuschnir (2001), entende-se aqui a mediação sociopolítica como uma ação estratégica que surge num contexto de diferenças sociais e políticas e relações de poder. A habilidade dos mediadores consiste na possibilidade de recorrerem a diferentes repertórios, valores e papéis sociais a fim de encontrar pontos de contato e comunicação nas interações entre agentes para, finalmente, efetuar projetos

individuais ou coletivos. A atuação ultrapassa a de um intermediário, que coleta as informações de um lado e as transporta para o outro lado. Na verdade, “a interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas” (KUSCHNIR, 2001, p. 158). Visto que a multiplicidade, complexidade e contradições de estruturas e mecanismos político-sociais é algo inerente à toda argumentação deste trabalho, localiza-se a organização estudada como parte, assim como diversas outras ONGs e movimentos de valorização da identidade, de um cenário social que envolve múltiplas negociações acerca da legitimidade e do reconhecimento de indivíduos e grupos sociais.

Atenta-se, ainda, que a continuidade da negociação nos processos de construção, legitimação e reconhecimento de demandas sociais, sugere que nem sempre os resultados serão positivos, ou sequer que a mediação será possível (VELHO, 2001). Na implementação de ações mediadoras, as negociações entre diversos agentes determinam e moldam a própria realidade e o imaginário social em que elas existem (por exemplo, podendo produzir mudanças sociais ou políticas de acordo com seu sucesso, ou mantendo o mesmo cenário social com o seu fracasso). A mediação é presente permanentemente nesses processos, especialmente em ONGs e movimentos de valorização da identidade, cujo provável público se encontra nas margens do Estado (DAS; POOLE, 2008), como será exposto nos capítulos seguintes.

A organização de prostitutas no país iniciou-se no final da década de 70, quando prostitutas e travestis denunciaram as violências e assassinatos que sofriam em “Boca de Lixo”, zona de prostituição em São Paulo. Logo após, em 1987, é realizado o I Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro, onde a Rede Brasileira de Prostitutas é fundada. O movimento então foi criando novas associações e articulando-se acerca de demais demandas que surgiam, geralmente envolvendo autonomia, representação e participação social e política (DE SOUSA, 2017). Nesse cenário de crescente organização política e social do movimento de prostitutas, surge em Porto Alegre o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), em 1989², motivado pelas denúncias de violência policial e falta de segurança e proteção social para as mulheres prostitutas da região. A sua atuação foi, ao longo do tempo, expandida para diversas outras reivindicações que surgem acerca dos problemas do estigma social que afeta a profissão, sempre a partir do diálogo e de trocas mútuas com suas frequentadoras.

² Lembra-se que em 1989 estava ocorrendo no Brasil o período de redemocratização e abertura política, após a ditadura militar (1964-1985); portanto, cenário de diversas mudanças políticas e movimentos para inclusão social em busca de novos valores democráticos.

Sou voluntária no NEP desde o início de 2018, a partir da indicação de uma professora de Pesquisa Qualitativa; a indicação foi solicitada pelas próprias integrantes diretamente à professora, pois precisavam de mais pessoas para ajudar na organização e manutenção do espaço. O contato semanal quase ininterrupto com o espaço, configurando a maioria das terça-feiras (exclui-se o período da pandemia do Covid-19), revelou a sua riqueza em dinâmicas político-sociais próprias e processos de reivindicação, ressignificação e organização. Ainda que a minha presença no espaço não tenha sido motivada primordialmente pelo desejo de realizar uma pesquisa, é evidente que o flerte com essa possibilidade sempre existiu e se intensificou no final da graduação; a etnografia estabeleceu-se então como método privilegiado de pesquisa, utilizando da proximidade e da longa estadia no espaço, mas também provocando o questionamento do meu próprio lugar como observadora e do NEP como observado. O papel de voluntária estendeu-se também para o papel de pesquisadora, assim como o papel de supervisora das coordenadoras da organização estendeu-se também para o papel de interlocutoras: revelando uma multiplicidade de identidades e de interrelações que coexistem.

Como voluntária, o contato com a realidade de espaços nas “margens” proporcionou a observação participante que enriqueceu discussões teóricas ou leituras bibliográficas, permitindo inclusive perceber as próprias hipocrisias (aspecto especialmente sensível ao tema da prostituição, frequente alvo de debates entre intelectuais e movimentos sociais presentes nas universidades)³. No diálogo com a fundadora, ela trouxe suas observações sobre as mudanças ao longo dos anos, como foram desenvolvidos novos métodos de abordagem e estratégias que podem ser utilizadas para atender às demandas da profissão, que atualiza-se constantemente. Para a “mulher prostituta” frequentadora da organização, é a oportunidade para trazer dúvidas, desafios ou vivências da profissão ou do cotidiano que não são tipicamente compartilhados em outros espaços. Apesar da heterogeneidade da trajetória de todas essas identidades presentes neste espaço, é possível encontrar pontos de contato e comunicação em comum, traçando um complexo cenário repleto de interrelações, mediações e transformações, que resultam em conquistas que também são coletivas.

Destaca-se o uso frequente de “mulher prostituta” ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Essa escolha foi devido ao entendimento de que a quase justaposição das duas palavras explícita, por conseguinte, a quase justaposição das duas identidades. Isto é, elas coexistem num mesmo indivíduo, sendo atravessadas cotidianamente pelos mesmos

³ Ver Silva;Blanchette (2017), para mais sobre a concepção equivocada, frequentemente hipócrita, de alguns grupos políticos sobre trabalho sexual e trabalhadoras sexuais.

acontecimentos, ainda que de maneiras diferentes. Ser mulher e ser prostituta não são sinônimos, mas também não são opostos: a interseccionalidade na existência é revelada como importante fator para compreender como e porquê os relatos que veremos nos próximos capítulos aconteceram. Para elas, uma identidade é indissociável da outra, analiticamente e empiricamente.

Ademais, cabe explicitar que foge ao escopo deste trabalho debater sobre a regularização ou legalização da prostituição. Além das próprias convicções morais sobre o tema, o trabalho sexual, o “mais antigo do mundo”, existe e utiliza de mecanismos e estratégias específicos para continuar existindo, assim como diversos outros grupos estigmatizados ou em situação de vulnerabilidade. Visa-se, portanto, compreender analiticamente a realidade contextual do NEP e suas práticas de mediação sociopolíticas, e não ponderar possibilidades da validação ou invalidação da profissão que suas frequentadoras exercem. Ao passo, faz-se necessário evidenciar que o exercício da prostituição (ato de cobrar por atos sexuais) difere-se do abuso/exploração sexual (não consensual, infantil e/ou imposta por terceiros, buscando lucro) - assim como as próprias prostitutas relembram constantemente. Amara Moira, travesti, feminista e trabalhadora sexual, alerta que

- Tráfico de pessoas, pessoas em cárcere privado, sexo mediante uso de força, sexo envolvendo menores, nada disso é prostituição mas crimes, e dizer que a prostituição envolve obrigatoriamente esses elementos é uma forma não só de inviabilizar o debate, como de demonizar a própria organização política da categoria. (MOIRA, 2018).

Preocupa-se, na realidade, em ir além de uma generalização sobre temas acerca do Estado, legitimidades, disputas, mecanismos de poder e instrumentalização de processos discursivos. Buscamos descrever o contexto que permeia esses temas e no qual, a partir de e conjuntamente, surgem organizações que atuam como mediadoras e transformadoras positivas de identidades, produzindo cidadania.

Para realizar essa tarefa, o trabalho é dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, estabelecemos o contexto social e político a que os temas destacados se desenvolvem. Na primeira seção, discorreremos sobre a estrutura de funcionamento e organização do Estado, que fomenta a desigualdade e a marginalização, atingindo principalmente grupos sociais vulneráveis. A apresentação etnográfica do NEP aparece em seguida, na segunda seção, localizando e descrevendo a organização que é cenário e produtora das dinâmicas que virão a ser estudadas. Na terceira seção se aborda o processo de estigmatização das mulheres

prostitutas e as suas implicações cotidianas, que acabam por impulsionar o surgimento de movimentos organizados como reação ao primeiro.

Estudamos o presente etnográfico a partir dessas coordenadas bibliográficas, aprofundando alguns temas com episódios que ocorreram a partir do/no NEP, no segundo capítulo. A primeira seção discorre, então, sobre as novas possibilidades de se produzir cidadania a partir de movimentações da ONG, das quais chamamos de mediações. A segunda seção prossegue com o tema de mediações, tratando das negociações observadas em interações sociais do cotidiano e na tentativa de estabelecer uma rede de contatos, com as mediadoras utilizando de diferentes identidades e papéis sociais nesse processo. Em seguida, se discute o imaginário social e as suas relações de poder nele presentes, provocando constantes disputas por legitimação social. Nesse momento, observamos que o NEP movimenta-se utilizando de uma linguagem que mobiliza a cidadania, construindo um discurso que reivindica seus direitos, sua própria cidadania e a identidade prostituta como legítima. Finalmente, a quarta seção ilustra os impactos positivos do estabelecimento de uma comunidade de apoio, que através da auto afirmação e da identificação coletiva, colabora para a transformação da identidade estigmatizada.

2. O NEP ENTRE O ESTADO E O ESTIGMA

2.1. Efeitos de um Estado "desinteressado"

Faz-se necessário, nesta primeira seção, determinar algumas coordenadas conceituais para fins de elucidar o que será posteriormente trazido no decorrer do trabalho. Visto que a organização política e social de indivíduos é um tema que deve ser bem localizado na sua criação, manutenção, problemáticas e efeitos, a análise aborda principalmente os aspectos estruturais de uma postura “desinteressada” do Estado e do imaginário coletivo que o permeia. A produção um cenário de desigualdades e diferenças é dada pelos diversos agentes e mecanismos estatais, que integram os seus diversos efeitos no cotidiano social.

O Estado é frequentemente caracterizado como uma unidade distanciada e rígida, que localiza suas ideias e práticas separadas do mundo a que elas se referem. As políticas são organizadas de um lado e aplicadas do outro, o poder é criado num lado e executado no outro. Essa rigidez, que deixa pouco espaço para novas investigações das interações Estado-sociedade, induz a atribuição de modos de organização do meio social e político como dicotômicos: totalitário ou igualitário, confiável ou não confiável, burocrático ou ágil, eficiente ou incompetente. A análise sobre os processos estatais é então simplificada, apagando as diferentes formas e dinâmicas na sua construção e atuação.

Entende-se a organização estatal aqui, portanto, a partir de Timothy Mitchell (1999), que traz a concepção de um Estado que é o efeito de práticas de um mundo que frequentemente se divide binariamente, tanto como força material quanto como construção ideológica. É, portanto, o “efeito de processos mundanos de organização espacial, especificação funcional, supervisão e vigilância, e representação que cria a aparência de um mundo fundamentalmente dividido entre Estado e sociedade[...]” (MITCHELL, 1999, p. 95). As diferenças dessa dualidade são, por conseguinte, produzidas e reproduzidas: as linhas que as separam não são um reflexo da realidade, mas são criadas cotidianamente.

As escolhas políticas e sociais tomadas pelo Estado e a sua atuação estratégica podem, então, definir quais indivíduos serão de interesse da sua atuação institucional. Veena Das e Deborah Poole (2008) atribuem o conceito de “margens” do Estado, que podem ser, simultaneamente, espaços de exclusão e de inclusão para grupos marcados socialmente. Se os processos políticos definem seu domínio excluindo partes dos aspectos sociais e humanos e, por conseguinte, partes da população, pode se dizer que ali se constitui quem “fica de fora” e quem “fica dentro”; ou seja, quem terá acesso aos seus direitos civis, políticos e sociais (como

os direitos de ir e vir, ao voto e à saúde, respectivamente) e sua identidade respeitada. Fugindo das definições restritas de Estado fraco ou Estado forte, esse não é falho quando “perde” seu poder de coerção ou legitimidade de práticas violentas. Ele, na verdade, se reconstitui de diferentes formas nas margens, como a reprodução de vigilância ou violência legitimadas, regulando a fixação de leis institucionais ou práticas instauradas para/com comunidades, ou até mesmo na sua aparente “ausência”, deixando de elaborar ou aplicar políticas públicas e sociais nas margens.

As margens não podem ser pensadas para fora do Estado, nem o Estado pode ser pensado fora das margens; ambos são porosos. Essa ligação intrínseca quebra com qualquer rigidez que lhe poderiam ser atribuídas, de modo que estão, portanto, em constante negociação: é inevitável que se criem disputas por legitimidade em diferentes esferas da vida social, visto que as condições sociais a que os indivíduos estão sujeitos não são fixas: são marcadores sociais que variam de acordo com sociedades, espaços e tempos históricos. Se cria uma maneira “autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se fosse uma grande família que é guiada por um pai que controla a lei e é generoso com seus aliados, mas é severo com seus oponentes, entendendo-os como inimigos” (SCHWARCZ, 2021, p. 41, tradução minha).

Desde os tempos coloniais as instituições brasileiras foram dominadas pelos interesses dos grupos no poder, que se apropriaram do mecanismo estatal para seus próprios objetivos. Isso comprova-se quando lembramos do passado escravista e patrimonialista do país, visto que a política era executada de forma autoritária e descentralizada, para além de modos formais e burocráticos. A desigualdade foi, de certo modo, intrínseca à formação política brasileira, adentrando as normas sociais e comportamentos de seus cidadãos, produzindo simultaneamente um cenário favorável à intolerância e as conseqüentes violências materiais e simbólicas que surgem como seu produto.

O Brasil tem uma democracia disjuntiva que é marcada pela deslegitimação do componente civil da cidadania: o sistema judiciário é ineficaz, a justiça é exercida como um privilégio da elite, os direitos individuais e civis são deslegitimados e as violações dos direitos humanos (especialmente pelo Estado) são rotina. Essa configuração específica não ocorre em um vácuo social e cultural: a deslegitimação dos direitos civis está profundamente enraizada numa história e numa cultura em que o corpo incircunscrito e manipulável, e em que a dor e o abuso são vistos como instrumentos de desenvolvimento moral, conhecimento e ordem. (CALDEIRA, 2003, p. 275).

Além da produção de espaços de marginalização e deslegitimação social, argumento que os efeitos do Estado (MITCHELL, 1999) estendem-se também à produção de um

imaginário sobre a realidade, criando narrativas que legitimam o controle e a violência sobre determinados indivíduos e grupos populacionais, elegendo inimigos que precisam ser combatidos, ou indesejáveis que precisam ser escanteados (SCHWARCZ, 2021). Tal indistinguibilidade (entre imaginário social e realidade material) pode não apenas criar intervenções vigorosas em campos políticos particulares (prisões injustificadas, tortura), mas também um imaginário cultural e político permeado de incerteza e de medo na população.

Ainda que não se fale aqui (por exemplo, com Weber) sobre um Estado que detém o monopólio de violência e utiliza-o de forma centralizada e totalitária sobre a sua população, parte-se da compreensão de que o poder estatal, sendo representado ou não por mecanismos institucionalizados, se torna uma figura assombrosa e perseguidora, detentora de um poder que se manifesta de diversas formas. Das e Poole (2008) comentam que figuras de autoridade local, sendo ou não membros da burocracia estatal,

[...] representan simultáneamente formas de poder privado altamente personalizadas y la supuesta autoridad neutral e impersonal del estado. Es precisamente por el hecho de que actúan como representantes del estado que pueden atravesar —y aquí lo turbio— la aparentemente clara separación entre formas de imposición y castigo legales y extralegales. (DAS; POOLE, 2008, p. 29)

A lei e a polícia, instrumentos materiais de autoridade, estão em todos os lugares, mesmo quando não estão, e afetam todos. Para os que estão marginalizados, essa suposta onipresença implica na percepção do abandono da lei e do amparo estatal como sendo um reflexo da vida comum. A neutralidade e impessoalidade, frequentemente percebidas pelo senso comum como componente fundamental da atuação de autoridades, potencializa o poder exercido pelos mecanismos do Estado e, paralelamente, o esforço necessário dos que existem nas margens para realizarem reivindicações. Por conseguinte, naturaliza-se a exclusão, a marginalização, e, enfático, o desinteresse pelas demandas e existências de certos indivíduos. Veremos, nas próximas seções, as mediações que a ONG em questão realiza na tentativa de reverter ou contornar esse quadro de desigualdades, inclusive na transformação de sentimentos cotidianos que surgem a partir dele, como o medo e a insegurança.

A noção de um Estado que “deveria prover para os seus cidadãos, [mas] aparenta remoto e descuidado, não cumprindo suas obrigações e gerando um discurso de déficit estatal, um Estado insuficiente que abandonou seus cidadãos” (ARETXAGA, 2003, p. 396, tradução minha) é ampliada. O sentimento de abandono e descuido, visto principalmente nas e a partir das margens, nutre o desejo por um Estado paternalista, que procure o bem estar social e garanta os direitos e a cidadania plena da sua população. Portanto, é “um objeto de

ressentimento por abandonar seus sujeitos ao próprio destino e, ao mesmo tempo, desejado como provedor para os seus cidadãos” (ARETXAGA, 2003, p. 407, tradução minha). Enquanto, paradoxalmente, há o desejo de amparo estatal à população contra as próprias práticas constitutivas do primeiro, há também um interesse ativo do Estado em manter essa contradição e esse “desinteresse”.

É possível, facilmente, atribuir esse sentimento como reflexo do paradoxo de dinâmicas que vemos no Brasil. O país costuma se apresentar como caloroso, receptivo e aberto à diversidade de gênero e sexual, possuindo a maior parada LGBTI+ do mundo, em São Paulo. Enquanto isso, um levantamento do “Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+”, elaborado por organizações da sociedade civil, indica que ao menos 316 pessoas LGBTI+ morreram no Brasil por causas violentas em 2021. A ONG internacional Transgender Europe, afirma que o Brasil viu 486 mortes de travestis e transexuais entre 2008 e 2013, quatro vezes a mais que no México, segundo país com mais casos registrados (EXAME, 2014). É preocupante perceber que em ambos casos, os dados não foram sequer levantados por entidades estatais do território a que dizem respeito, evidenciando a existência e a manutenção de um sistema paradoxal.

Uma maneira de perceber o preconceito e o processo de exclusão (de certos grupos) é notar a falta de políticas públicas que verificam os crimes que levam essa motivação. Não publicar e não medir é uma forma de “não saber” ou não se importar. Há pouquíssimos dados ou fontes confiáveis sobre LGBTfobia, por exemplo; os únicos esforços de mapeamento vêm de ONGs relacionadas a esses assuntos, que precisam basear seus trabalhos em notícias. (SCHWARCZ, 2021, p. 48, tradução minha)

Begoña Aretxaga (2003) traz um entendimento extremamente útil sobre as práticas e performance de poder do Estado quando afirma que há uma variedade de organizações (como as não governamentais, ONGs) que produzem efeitos semelhantes a de um Estado, de forma que, mesmo quando ele não é pontualmente localizado, ainda se mantém presente e poderoso; desde que possuam capacidade organizacional para tal, é possível reproduzir a performance “estatal” que produz efeitos em territórios, populações e corpos. Seu poder é observado em vários níveis, como o individual e o local, a partir de variados atores locais, como as próprias prostitutas e profissionais que apoiam a sua mobilização e tem interesse em cooperar.

Partindo então do reconhecimento de certas estruturas de funcionamento e organização deveras abstratas, traz-se finalmente suas manifestações concretas através da experiência etnográfica que tive com o Núcleo de Estudos da Prostituição. As interações com o campo transformaram algumas das concepções teóricas que tinha e ditaram outras,

tratando-se neste trabalho do contexto de um Estado que se faz presente de forma descentralizada, e de organizações sociais que criam diferentes estratégias quando o primeiro tem “desinteresse” em suas pautas. Isto é, quando mobilizam mecanismos de reivindicação e transformação a partir de um contexto de desigualdades.

2.2. O Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP)

O NEP é uma organização da sociedade civil que atua junto a mulheres prostitutas, no exercício da cidadania, promoção da autoestima e na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Durante a década de 1980 e, especialmente ao seu fim, as políticas de atuação com prostitutas buscavam a abordagem através da temática da saúde, tendo em vista que o foco era o enfrentamento da epidemia de AIDS. Horizontina (mais comumente chamada de Tina), na época funcionária pública, foi para as ruas de Porto Alegre repassar preservativos e oferecer seu telefone caso as prostitutas ali quisessem conversar sobre saúde. Entretanto, a parceria com Lúcia, Soila, Nilce, Claudete, Janete, e outras prostitutas, constituiu-se quando elas trouxeram que a brutalidade policial-Estatal e a falta de autonomia era a real preocupação das trabalhadoras no momento. Desde esse momento, a ótica das demandas da população prostituta foi expandida (e, pode-se dizer, focada) para a garantia de segurança e dos seus direitos de transitar, trabalhar, ter acesso à justiça e à saúde nos espaços públicos e privados. A demanda coletiva foi identificada através da voz dessas mulheres que, na sua assertividade, já expressavam suas pautas políticas.

O NEP abre somente às terças, das 9h às 13h, no Centro histórico de Porto Alegre. Ele já chegou a funcionar quatro vezes por semana, mas como é administrado e organizado somente pelas fundadoras (mencionadas acima) e voluntárias, é difícil conseguir tempo e pessoas o suficiente para permitir que seja aberto tantas vezes. As voluntárias jovens (sempre mulheres) geralmente vêm de universidades e de cursos como Ciências Sociais, das quais Soila relata que acabam por ter maior sensibilidade, empatia e conhecimento sobre movimentos sociais e grupos marginalizados - assim, pode-se talvez driblar um período inicial de estranhamento ou até de preconceito, considerando que é uma organização fundada por e que atende as prostitutas, alvos de grande estigma (GOFFMAN, 2004). A rotatividade das pessoas, por tratar-se de voluntariado, é grande, e já estão acostumadas com isso: quando precisam de alguém para ajudar a repassar preservativos e lubrificantes, panfletos informativos sobre saúde ou acesso a direitos, acompanhar em saídas de campo ou organizar o

espaço físico, entram em contato com professoras ou profissionais familiares que poderiam indicar mulheres à disposição.

As fundadoras da organização que ainda frequentam regularmente o espaço se encarregam de várias tarefas: algumas assumem a coordenação administrativa, dialogando com a Secretaria de Saúde e/ou outras entidades para a garantia de insumos e de manutenção do espaço físico; algumas assumem a organização de intervenções (visitas presenciais aos prédios que possuem várias prostitutas nele trabalhando, a fim de repassar preservativos e conversar sobre saúde, cidadania, ou simplesmente para não perder contato, sempre com aviso prévio) e do atendimento ao público (repassando preservativos ou oferecendo encaminhamentos para atendimento de saúde especializado em hospitais nos quais a equipe de enfermagem já é familiar com o NEP), facilitando o acesso às políticas de saúde e evitando possíveis violências direcionadas às mulheres prostitutas. As atribuições de cada fundadora foram determinadas em conjunto, de acordo com o que cada uma se sentia confortável ou já tinha algum tipo de experiência que viria a facilitar o trabalho - eles também podem variar de acordo com a disponibilidade daquele momento. Ressalta-se também a parceria com profissionais como advogadas, que atuam diversas vezes em união com o NEP, para reivindicar certas causas ou barrar avanços ilegítimos de síndicos ou policiais (como discutiremos na sequência).

O espaço físico e móveis da ONG são cedidos pela Prefeitura e os preservativos e lubrificantes são fornecidos pela Secretaria de Saúde, com a qual o NEP possui parceria desde, aproximadamente, 1997. Deste modo, a ONG somente precisa arcar com o frete para os insumos: são pedidas contribuições (de qualquer valor, inclusive centavos) às prostitutas que frequentam o espaço e adquirem esses materiais que, somando-se com as contribuições das próprias fundadoras, às vezes mal custeia o único valor do frete. Nota-se que essa é uma preocupação de quem mantém o espaço funcionando, por tratar-se de valor baixo difícil de ser conseguido, por vezes questionado se é por descaso ou desconexão das prostitutas e da organização. Quando enfatiza-se que sem o valor, o espaço não poderá continuar a repassar os materiais ou continuar aberto, nota-se que as mulheres voltam a contribuir, mesmo em valor baixo. Há, portanto, interesse por parte das prostitutas na ONG, mesmo que ele oscile de tempos em tempos.

Desde sua fundação, houve três ou quatro vezes mudança de endereço da sede. É possível escolher dentre os locais ofertados, mas as opções costumam ser poucas e, por isso, não há escolha senão reorganizar os arquivos e materiais que possuem. Há extensa biblioteca que armazena panfletos sobre oficinas, ações e parcerias anteriores (como a Unicef, por

exemplo), abordando temas como redução de danos no uso de drogas, combate e prevenção à Aids e estímulo à maior autoestima. O apego emocional a esses panfletos é imenso, ressaltando que o esforço coletivo para que acontecessem foi intenso.

Há também documentos de registro financeiro e de comunicação com outros órgãos e, o que tive mais acesso, às fichas de cadastro das prostitutas (armazenadas desde o seu início, anos 90). Praticamente toda mulher prostituta que foi atendida pelo NEP preencheu uma ficha com seus dados pessoais, dados de saúde, meio de contato e local onde trabalha, ainda que o preenchimento desta ficha não seja obrigatória e não seja compartilhada com qualquer pessoa ou entidade fora da ONG. O entendimento é o de que ela é crucial para o próprio espaço ter melhor compreensão sobre o grupo que está atendendo. Através dela têm-se noção sobre cor, escolaridade, maternidade, prevenção (“Usa camisinha com cliente? E com parceiro fixo?”), violência (“Já sofreu preconceito por ser prostituta?”), e diversas outras informações que dificilmente se conseguiria fora do contato direto com as prostitutas, numa relação em que existe a segurança de fornecer esses dados sem o receio do estigma e das consequências de uma sociedade que carrega a moral conservadora. As informações observadas no cadastro juntam-se às informações escutadas no cotidiano do espaço, tanto relatadas pelo anseio de uma resolução ou reivindicação por melhorias, como trazidas à tona em conversas despreziosas, formando um conglomerado que traça algum tipo de perfil da mulher prostituta da área central de Porto Alegre e das suas vivências, contexto em que está inserida, e demandas. É a partir desse conjunto de informações que o NEP pensa em estratégias para combater os problemas identificados.

As prostitutas que são atendidas pelo NEP são limitadas, quase que inteiramente, às que trabalham no Centro Histórico de Porto Alegre - devido à localidade do próprio espaço, que não exige grande deslocamento. Por esse motivo, a fim de divulgar a organização e otimizar os seus meios de contato, seja com mulheres prostitutas, instituições interessadas em parcerias ou voluntárias e pesquisadoras que tenham interesse no espaço, foi criado em meio à pandemia (cenário em que as dificuldades já enfrentavam maximizaram-se), no mês de julho de 2020, uma conta no Instagram da ONG. Ela substituiu a antiga página no Facebook que era usada esporadicamente, e que foi excluída eventualmente por não conseguirem mais acesso para alterar, por exemplo, o endereço da sede. Atualmente, a conta no Instagram é utilizada tanto por uma das fundadoras, Soila, que gosta de redes sociais, quanto pelas voluntárias, sempre com autorização da última, quando atendem o pedido de fazer alguma edição ou postagem específica. Ademais, existem também alguns grupos de Whatsapp para repassar informações, tirar dúvidas e afins, principalmente acerca do cotidiano da profissão.

Desde que comecei a voluntariar no espaço, em 2018, a grande maioria das mulheres trabalha em salas alugadas, às vezes ocupando quase um andar inteiro de algum prédio comercial ou galeria. As salas são compartilhadas entre três mulheres ou mais, onde se dividem cada “quarto” (contendo cama, mesa com preservativos, lubrificantes, às vezes algum espelho e alguma decoração) com divisórias de MDF; é comum possuírem alguma meia-luz, incenso aceso e som (não tão alto a ponto de perturbar o restante do prédio). Os anúncios são feitos em sites próprios ou contas (relativamente privadas) em redes sociais, por alguma espécie de “cartão de visita” sugestivo com número de telefone ou simplesmente por boca a boca - certos prédios são conhecidos pela grande quantidade de prostituição neles existente. Nos últimos 10 anos, há uma forte tendência de prostitutas, principalmente as que continuam trabalhando após os 35 anos, investir em algum tipo de profissionalização, como curso de massoterapia, que agregará ao seu trabalho. Comenta-se muito de como são ofertados os serviços de massagem usuais e, de acordo com o gosto (e o valor disposto a pagar), o cliente recebe uma “finalização” específica. As que atuam nesse tipo de função trabalham em salas individuais ou, por vezes, “clínicas” de beleza, sendo disponibilizados inclusive uniformes com logos e cores específicas. Os clientes são muitos: há homens que passam rapidamente no horário de almoço do trabalho, imigrantes que trabalham perto, jovens que estão iniciando a vida sexual e, frequentemente, homens que traem suas parceiras - vários dessa última categoria são regulares e, por isso, é comum ouvir que não vale a pena investir em quaisquer namorados, considerando intrínseca a desconfiança em relacionamentos.

É importante ressaltar que é lembrado constantemente pelo NEP e pelas mulheres prostitutas que elas, ou ao menos as que frequentam o espaço, têm total consciência sobre a importância do consentimento no ato sexual, assim como a necessidade de impor e reconhecer limites. Assim que há o primeiro contato com o cliente, os termos são expostos e podem ser renegociados ao longo do programa, de modo que não existe um “livre acesso” à mulher ou um “vale tudo”. O uso de preservativo masculino é indiscutível, por exemplo, mas o beijo pode ser permitido, mesmo que não seja tão comum.

Naquelas manhãs de terça-feiras, ouvi várias vezes das mulheres prostitutas que o trabalho era “tri bom”, que gostavam do local onde estavam trabalhando e dos seus clientes frequentes mas, principalmente, que estavam mantendo sua própria casa com a renda vinda da prostituição e não trocariam esse por outro trabalho - ao menos, não num futuro próximo. Isso não exclui os relatos de más experiências, mas revela dinâmicas na prostituição que vão além da pura subordinação ou violência. Ainda que rodeado por diversas precariedades, relações de poder e eventuais violências, o trabalho é mais frequentemente caracterizado por essas

mulheres como “desagradável”, mas ainda vantajoso se comparado a trabalhos considerados “dignos”, mas que possuem carga horária maior, menos autonomia e menor renda.

2.3. O estigma e a reação do estigmatizado

- E vamos nessa luta, para adquirir os direitos que qualquer empregado possa ter, entendeu? Porque é isso, né? Se a gente tem local, se a gente tem horário de trabalho, se a gente tem direitos e obrigações, tem todas essas questões... caso queira ou não, é uma das profissões mais antigas do mundo. A minha principal causa é que ela possa ser legalizada e reconhecida⁴, porque há alguns anos atrás eu não acreditava nem que a gente podia ter parado de apanhar e ser presa pela polícia civil e pela brigada militar, por simplesmente ser prostituta e estar na rua. (SOILA, coordenadora do NEP)

Para as mulheres prostitutas com as quais convivo, uma parte notável do aspecto desagradável da profissão, atualmente, advém da falta de legitimação e reconhecimento estatal⁵, e do valor social negativo que é ligado, intrinsecamente, à ela. Esta posição de condenação moral traduz-se em práticas e num imaginário discriminatório que vincula a identidade da prostituta ao “desvio” e ao “errado”, não correspondendo à expectativa da mulher decente e correta.

A prostituição costuma ser imaginada/vivenciada/construída como tendo um alto valor negativo no sistema cultural (desde a perversão até o mal necessário). Mais ainda, “prostituição” se constrói como uma ideia referencial de negatividade categorialmente feminina/feminilizante. [...] de diferentes maneiras, seu envolvimento na prostituição, [...] colocava em jogo os limites de sua humanidade feminina. Limite de civilidade (“decência”), de gênero, de humanidade. O estigma, então, legitima/estimula/possibilita/explica as diversas violências exercidas contra elas. (OLIVAR, 2013, p. 278).

Segundo Erving Goffman (2004), a identidade social é constituída quando realiza-se uma previsão da categoria social a que pertence um indivíduo e quais são seus atributos; ela é real quando relativa ao caráter atribuído na sua interpretação por outrem, e virtual quando a categoria e atributos relativos realmente a pertencem. A incongruência do atributo de fato e do estereótipo no qual o indivíduo foi previsto forma, então, um estigma. O autor propõe, na sequência, que esse atributo não é necessariamente o indesejável pelo senso comum, o que também implicaria numa moralidade rígida do sistema sociocultural: o estigma, por ter como

⁴ Reforça-se que é uma opinião individual da interlocutora, Soila, e não influencia em qualquer argumentação desenvolvida neste trabalho.

⁵ Ainda que a profissão seja reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), nº 519805 - Profissional do sexo, entende-se que as práticas estatais para com as prostitutas continuam sendo as de desigualdade e intolerância, refletindo o estigma a elas relacionado.

base a discrepância entre expectativa e realidade, é usado numa linguagem de relações e não de atributos. Como exemplo, não possuir educação universitária pode ser considerado vergonhoso em alguns cargos, como sinal de falta de especialização, ao mesmo tempo que possuir educação universitária também pode ser considerado estranho, quando o conhecimento adquirido não está sendo usado pontualmente naquele cargo.

Em sequência, o estigma é pensado neste trabalho como fenômeno social que opera num contexto de dicotomias morais, classificando indivíduos: normal/desviante, bom/mal, desejável/indesejável, útil/inútil, e como presente principalmente nas margens do Estado, onde agentes sociais e políticos disputam por legitimidade através da construção de processos discursivos e organizacionais. O imaginário social coletivo que surge nesses contextos pode, por conseguinte, utilizar do estigma enquanto processo discriminatório contra identidades específicas, sendo reproduzido por entidades governamentais ou não governamentais. Essas identidades, entendidas como “desviantes sociais”, são

[...] as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; faltam-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. (GOFFMAN, 2004, p. 122).

Os espaços de prostituição, vistos como afastados mas verificados como numerosos, invisíveis mas visíveis, apresentam diversas situações que proporcionam às prostitutas uma consciência específica e coletiva como forma, não obstante, de autoproteção. O NEP nasce a partir de um estigma social específico que atinge às mulheres prostitutas, reconhecendo-as como desviantes do perfil ideal de sexualidade feminina digna, contida nas relações familiares e reprodutivas, e passíveis de desrespeito, menosprezo ou violência. Considerando que as relações sociais e políticas do cotidiano moldam a identidade individual e coletiva, observamos que a mulher prostituta é considerada intrinsecamente “desviante” (VELHO, 1974) e indesejável de ser, de se relacionar ou simplesmente coexistir, sendo deixada à margem.

A falta de reconhecimento institucional pode ilustrar também um obstáculo imposto ao processo de construção política de um grupo social marginalizado, a partir de um processo discriminatório “legalizado” pelo Estado - como verificado num exemplo do NEP, a seguir. A ONG era conhecida pela população, inicialmente, como Associação Gaúcha das Prostitutas (AGP). Contudo, em detrimento do não reconhecimento da prostituição como atividade econômica e profissional, o seu estatuto de criação não foi formalizado por meses. Após

inúmeras tentativas, o Cartório apenas aceitou o nome quando mudaram para um mais “simpático”, Núcleo de Estudos da Prostituição, não deixando tão evidente o grupo marginalizado atuante. Somente a partir desse momento, puderam criar projetos e firmar parcerias reconhecidas juridicamente. Paradoxalmente, o CNPJ do NEP, que se obtém junto à Receita Federal, assim que se registra uma ONG em Cartório, segue tendo a sigla AGP⁶; o que acaba sendo motivo de piadas entre as fundadoras, já que a mudança de nome foi puramente burocrática, mas a identificação com o primeiro permanece. A burocracia que surgiu como obstáculo, apesar de percebida como discriminatória pelas coordenadoras da ONG, foi de certa forma contornada. Ainda assim, retrata os esforços triplicados da ONG em obter o devido reconhecimento institucional e, conseqüentemente, possibilidades de melhorar a sua atuação.

O NEP foi fundado a partir dos problemas desse estigma específico, motivado inicialmente pelas denúncias de violência policial e falta de segurança e proteção social para as mulheres prostitutas da região, num cenário de redemocratização do final dos anos 1980. A partir de oficinas, trabalhos consistentes e incessantes de intervenção em campo, palestras e outros eventos, as mulheres do NEP reivindicam a cidadania plena como direitos de todas, assim como a construção de uma autoestima que reivindique a identidade prostituta como positiva (ou, no mínimo, não-negativa). Reforça-se constantemente: apropriar-se do termo prostituta como parte dos mecanismos para combater o estigma, desconectando-o da depreciação e xingamento tipicamente usados pelo senso comum. A ressignificação e a transformação de termos é frequente entre processos discursivos de diversos outros agentes que defendem os direitos humanos e, concomitantemente, buscam estratégias para combater uma ordem política e social de desigualdade. Como exemplo, Cynthia Sarti (2011) argumenta que a figura da “vítima” é construída para dar inteligibilidade ao sofrimento proporcionado pela violência de gênero, tirando-a da posição de passa na dominação masculina e instrumentalizando-a para dar legitimidade moral às reivindicações do movimento de mulheres.

Assim como as identidades inferiorizadas, os grupos que as reivindicam também passam por processos de subjugação, deslegitimação e marginalização. Teresa Caldeira (2003) sugere que os grupos defensores de direitos humanos começaram a ser duramente contestados no período da redemocratização (década de 1980, surgimento do NEP), quando ampliaram as

⁶ Isto é, o CNPJ contém a sigla que o Cartório não quis registrar, pois o nome no estatuto de criação da ONG é o que realmente aparecerá em projetos, pesquisas e parcerias. Deste modo, o nome no CNPJ não tinha tanta importância e não foi recusado com tanta veemência.

suas atividades para além da defesa dos direitos de presos políticos da classe média que passaram por torturas na ditadura. Os discursos contra direitos humanos usaram principalmente de três estratégias: negar a humanidade dos criminosos, responsabilizar a democratização (e as reformas prisionais, controle da polícia e defesa dos direitos humanos) pelo aumento do crime e da violência e, principalmente, considerar as políticas de humanização das prisões como concessão de privilégios para bandidos; apoiando-se em “simplificações e estereótipos para criar um criminoso simbólico que seja a essência do mal” (CALDEIRA, 2003, p. 348). Essas estratégias são firmadas num sistema de vingança que ignora leis e o sistema jurídico, com a falsa pretensão de prezar pela segurança coletiva. Ainda que a autora estivesse referindo-se aos detentos de penitenciárias, essa análise pode ser expandida para outros grupos estigmatizados e marginalizados. Os defensores de direitos humanos passam a ser vistos como indivíduos que trabalham em defesa de criminosos e contra os trabalhadores honestos - os “cidadãos de bem”, que não cometem ilegalidades ou imoralidades.

Foi nesse cenário de redemocratização, reconhecimento legal dos direitos humanos e, paradoxalmente, surgimento de novos processos discriminatórios (contra os indivíduos que reivindicam os seus direitos humanos e contra os grupos que apoiam essas movimentações), que o NEP surge, a partir do movimento organizado de e por prostitutas. Pontualmente, visava-se a independência tanto do cafetão-marido quanto de políticas repressivas do Estado, mas a organização evidenciou um processo maior de mobilização, potência e busca por transformação em um cenário desvantajoso e repleto de obstáculos. Houve então a reconfiguração de alianças e formas de mediação, provocando a articulação dessas mulheres também como militantes, organizadas politicamente.

3. MEDIAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE CIDADANIA

3.1. Mediação sociopolítica e a produção de cidadania

Ao final do século XX, foi amplamente observado em países que saíam de um regime autoritário e buscavam uma nova ordem política, social e econômica com a lógica de bem estar social, o surgimento de formas associativas e não governamentais de organização política e social, para além da filiação a determinado partido político. Nestes contextos, a urgência para assegurar direitos e reconquistar espaços foi imensa e a criação de um "terceiro setor" distinto tanto do Estado quanto das empresas foi recebido com esperança. Porém, William Fisher (1997) alerta que, ao depositar as esperanças da transformação de um cenário de desigualdade e marginalidade apenas na capacidade das organizações que se formaram no processo mencionado, pode se cair numa visão estática sobre sua atuação: promovem a ajuda por motivações além do lucro ou da política, aparentando apenas almejar “fazer o bem”. Em sequência, ocorre o reconhecimento de organizações não governamentais (ONGs) em oposição ao governo, ou seja, “livres de grandes burocracias, relativamente flexíveis e abertas à inovação, mais eficazes e mais rápidas na implementação de esforços de desenvolvimento e capazes de identificar e responder às necessidades básicas” (FISHER, 1997, p. 444), como se fossem isentas de interesses e atuações que iriam corrompê-las, segregadas do mercado e do Estado. A idealização da constituição das ONGs apaga, de forma determinista e reducionista, a heterogeneidade desses processos.

Na realidade, os seus modos de associação, estruturas de organização, estratégias de ação, funções e objetivos são extremamente plurais. O desenvolvimento das suas diferentes formas constitutivas envolve redes de relações estabelecidas pelas organizações, que são locais e regionais, mas também nacionais e internacionais, traçando uma espécie de contexto complexo em comum. Os esforços conjuntos e contínuos para a consolidação de projetos e parcerias são repletos de intersecções políticas, sociais e econômicas que compõem, de forma crucial, a micropolítica desses processos - além do mero “fazer o bem”, tratam-se de complexos processos que mobilizam elementos e agentes específicos, para alcançar objetivos específicos que subvertem, em alguma medida, uma ordem de desigualdades. A parceria do NEP com a Secretaria da Saúde e a Prefeitura de Porto Alegre retrata bem como essa movimentação é feita gradualmente, em várias etapas simultâneas e evidencia a porosidade do Estado capaz de receber as margens no seu centro (DAS; POOLE, 2008).

Em 1989 começou a articulação do NEP, que ainda era apenas uma organização informal formada por prostitutas que trocavam informações sobre temas acerca da prostituição e da saúde, com os movimentos de mulheres e vereadores interessados na temática de direitos humanos, para conseguir formalizar a organização e obter o seu reconhecimento institucional. José Fortunati, ex-prefeito de Porto Alegre, foi um grande ator nessa investida. Na época em que era vereador, ele pagou a passagem de Gabriela Leite, prostituta e ativista brasileira, que defendia a regulamentação da prostituição e era contra a ideia de “vitimização” das que seguem a profissão, para vir para à Porto Alegre, a fim de fortalecer a rede de prostitutas brasileira que estava sendo criada - ela já conhecia o NEP e ficou hospedada na casa de Tina, que morava no Centro na época.

Em 1996, Tina foi num encontro nacional em João Pessoa, quando o NEP ainda não possuía quaisquer projetos ou parcerias. Em dado momento, Tina se apresentou e apresentou o NEP à todos. Lá estava um representante do Ministério da Saúde, que abordou Tina e disse que conhecia o trabalho pela saúde e cidadania das mulheres prostitutas que estava sendo feito em Porto Alegre, por ser próximo de um deputado que integrava a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do RS (criada em 1980) e estava presente em denúncias⁷ que o NEP fazia contra a violência policial que prostitutas da região sofriam. Ele informou que estava extremamente interessado em apoiar a causa e a organização e que em breve ocorreria a licitação de um projeto que poderia interessá-las, mas que seria preciso uma sede física para integrá-lo - a ideia foi acatada e, então, começou a movimentação para concretizá-la. Passados dias, de volta à Porto Alegre, José Fortunati realizou um comício do qual Gabriela Leite participou e, no seu encerramento, o NEP abordou o profissional e comentou que, assim que fosse eleito prefeito, com tom confiante e intuitivo, a organização precisaria de um espaço físico, cedido pela Prefeitura. Como já estava ciente do trabalho que a ONG fazia, e as integrantes já lhe eram familiares, ele acudiu de maneira receptiva a solicitação.

Naquele mesmo ano, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) havia recebido da Prefeitura um pequeno espaço para a sua sede. Infelizmente, ele era localizado no segundo andar de um prédio, o que impossibilitava a acessibilidade para as cadeirantes do Movimento de Mulheres. O COMDIM mantinha contato com o NEP nessa época e já sabiam da demanda por um espaço físico. Assim, o próprio COMDIM avisou à Tina sobre o espaço

⁷ As denúncias geralmente eram feitas na delegacia por Tina e uma advogada parceira do NEP. Apesar dos esforços, apenas uma vez uma denúncia formalizada conseguiu levar os policiais da brigada que utilizaram de violência com mulheres prostitutas para uma audiência com juiz.

vago no prédio, que era dividido entre outras entidades governamentais e não governamentais que também tratavam de direitos humanos e grupos em situação de vulnerabilidade, de modo que precisava ser decisão coletiva e unânime a integração de um novo grupo. O espaço foi cedido de maneira facilitada ao NEP após Tina, empolgada com a oportunidade de apresentar a organização e o trabalho por ela realizado, obteve boas reações. Assim, uma carta assinada pelos demais ocupantes do andar foi endereçada à Prefeitura - encurtando o processo de procura e regularização de um imóvel, que poderia demorar anos. Tendo já conversado com as entidades governamentais e não governamentais envolvidas, que não demonstraram quaisquer problemas com a inclusão da ONG ali, os trâmites foram muitíssimo facilitados e em menos de um ano o NEP já estava devidamente regularizado, com sede. Conseguiram de maneira facilitada, após isso, os insumos a serem repassados para as prostitutas e um projeto para promover a saúde das mulheres, com a participação de médicos que se dispunham a fazer a tarefa gratuitamente e em contato com funcionários que já tinham ciência da atuação da organização. O argumento desenvolvido aqui é o de que a mediação sociopolítica⁸ com agentes do Estado evidencia uma maneira de reivindicação e organização da ONG que, em primeiro lugar, rompe com a comum descrença na possibilidade de acesso, por grupos marginalizados, às políticas e conquistas efetivas trazidas em suas pautas; e que, em segundo lugar, promove uma transformação da identidade das mulheres prostitutas visando a produção de cidadania.

É fundamental a possibilidade de identificar e mobilizar recursos para a realização de projetos individuais e grupais como a garantia de sobrevivência, o atendimento a necessidades de todos os tipos, a ascensão social e também às aspirações ao bem-estar e à qualidade de vida em geral. [...] Os indivíduos em geral, mais ou menos organizados, categorias, grupos comunitários e movimentos sociais participam desse complexo processo de demandas, reivindicações, pressões e contrapressões. (VELHO, 2001, p. 25).

Nessa linha de argumentação, James Holston (2008) comenta que, desde 1970, os residentes das periferias de São Paulo vêm formulando um novo tipo de cidadania, reivindicando seus direitos à propriedade quando lutam pela legalização de suas casas, ocupadas ilegalmente, assim como demais conflitos de terra que vivenciam rotineiramente. Essa luta urbana é então caracterizada por Holston como “cidadania insurgente”: um novo paradigma de cidadania no Brasil, que utiliza do reconhecimento e denúncia do próprio modelo desigual brasileiro de distribuição de direitos para transformá-lo, apontando suas

⁸ Lembramos que “mediação sociopolítica” foi conceitualizada na introdução deste trabalho, a partir de Velho (2001) e Kuschnir (2001).

incoerências e reivindicando os direitos que já lhe deveriam ter sido assegurados. O autor menciona que a “insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta” (HOLSTON, 2009, p. 62). Os grupos periféricos, de acordo com o autor, mobilizam a linguagem da cidadania para alcançar seus objetivos de reivindicação. Evidencia-se, assim, a multiplicidade de formas na qual ela se apresenta ou é instrumentalizada.

Isto é, grande parte da participação política de indivíduos marginalizados, que organizam-se coletivamente, consiste no desenvolvimento de um discurso que vincula a sua situação de desigualdade à falta de direitos ou a dificuldade de acessá-los. Em geral, há uma grande lacuna entre a cidadania no texto legislado e o exercício empírico da cidadania: a legislação é elaborada e suas complicações são exploradas como estratégias de ação que respeitam a ordem social vigente (HOLSTON, 2008, p. 51). Visto que o contexto observado aqui é de desigualdades, a mediação da ONG foi essencial para que os seus direitos civis e sociais (de possuir um espaço físico, insumos de proteção disponibilizados gratuitamente, abertura para dialogar com autoridades etc.) tenham sido assegurados. O NEP não apenas estabeleceu pautas a serem reivindicadas e demandas a serem atendidas, mas expressou sua agência (ou, como diria Holston, insurgência) quando lembrou e cobrou o que lhe tinha sido prometido, de forma vaga, anteriormente. Isto é, foi um mediador eficaz na produção de resultados que não seriam tipicamente esperados num cenário em que as mulheres prostitutas, provavelmente, teriam desvantagem e/ou não conheceriam os próprios direitos e caminhos de reivindicação.

Enquanto os trâmites facilitados são vistos como de grande sucesso pela organização, é importante alertar que eles também podem indicar um movimento por parte do Estado de atribuir a responsabilidade total de solucionar certos “problemas” sociais às ONGS. Visto que há “desinteresse” em criar mecanismos e instrumentos institucionais para combater a desigualdade e a intolerância, as organizações não governamentais são atribuídas como as únicas que poderiam identificar e lidar, de forma íntima e efetiva, com certas demandas. Enquanto é verdade que as ONGs podem ter efeitos tão produtivos quanto às de entidades governamentais, não se deve esquecer que a transformação de ideias e dinâmicas problemáticas observadas no cotidiano precisam também de reconhecimento e atuação institucional: a transformação positiva do quadro interpretativo que marginaliza certas identidades precisa ser ativamente incentivada não apenas por esses que se encontram nas margens.

3.2. Comunidades que negociam: entre fotos e viagens

Em meados de 1999, houve uma troca de equipe na Brigada Militar de Porto Alegre. Um dos policiais dessa nova equipe, quando estava na Praça de Alfândega (praça grande e aberta localizada em área central de Porto Alegre, entre museus, shoppings, lojas e bancos, reunindo funcionários em intervalo, idosos tomando sol, pessoas em situação de rua e, naquela época, prostitutas que ficavam ali aguardando a solicitação de um programa por alguém que passasse), mandando-as “circular”, dispersar do local. A atitude foi repentina, visto que não houve qualquer movimentação pontual que a desencadearia. De acordo com Tina, foi um policial mais antigo que avisou que não devia “se meter com elas, porque elas têm uma associação e não estão cometendo delito”. Apesar de incomodado, o assunto foi encerrado e as prostitutas puderam permanecer na Praça sem demais intervenções. Assim que o NEP soube disso, por colegas que passavam pelo local, procurou o segundo policial para parabenizá-lo pelo ato, possuindo inclusive foto como recordação do episódio.

Esse acontecimento constitui-se como parte dos efeitos das mediações do NEP. Houve, mesmo que não conscientemente, a negociação acerca de significados que carregavam teor discriminatório, isto é, acerca da repressão ilegal às prostitutas e da própria imoralidade com a qual se vê a prostituição. Mesmo sem intervenção direta da ONG ou de uma mulher prostituta, o contato entre os dois policiais teve o resultado positivo que se busca: a retificação de uma ação discriminatória, supostamente legitimada socialmente por se tratar de uma identidade inferior. A mudança do imaginário social coletivo, ainda que local, pode ser buscada através desses contatos esporádicos e relações do cotidiano, que mudam visões individuais.

Além disso, embora possam reproduzir a autoridade, em geral, nessas situações os cidadãos se relacionam diretamente uns com os outros por meio de uma regulação mútua, sem vigilância explícita. Elas dependem, antes, da internalização de pressupostos que se expressam nessas performances. (HOLSTON, 2013, p.38)

É evidente que as disputas por direitos e reconhecimento são, então, constantes e observadas em vários níveis: as negociações que buscam afirmar a legitimidade do trabalho destas mulheres produzem resultados que podem ser, e provavelmente serão, contestados novamente no futuro - tornando este um trabalho político contínuo. A mediação do NEP não implica apenas uma movimentação para inspirar a benevolência (que, inúmeras vezes, gera

melhores resultados do que exigir o respeito que deveria ser garantido a todos), mas também o estabelecimento de pontes de comunicação entre os diferentes espaços nas quais as mulheres prostitutas transitam. Argumento que a mediação ocorre, portanto, além do campo institucional, do diálogo com políticos e entidades governamentais, como abordado na seção anterior deste trabalho. Ela é observada também em contatos sociais informais que relembram a trajetória dessas mulheres, não necessitando sequer que elas próprias estejam envolvidas - e isso é possível pelo modo como legitimam sua identidade em diferentes espaços, e em diferentes interações.

Diante disso, é possível estabelecer um paralelo com Erving Goffman (1985), que enxerga as interações sociais como performances teatrais. O autor afirma que cada interação social é estabelecida de acordo com seus “atores” (estejam esses sozinhos ou em grupos), com a plateia e com as expectativas presentes entre eles. Assim, em cada situação, o indivíduo desenvolve estratégias diferentes para a manutenção de uma impressão própria que seja vista como aceitável para si e para quem o observa. Os papéis (representados pelo mesmo indivíduo) podem então ser repensados ou negociados, se tornando flexíveis e múltiplos, incluindo também alterações no uso da linguagem. Enquanto o contexto de constituição do NEP como espaço de mediação não é exatamente um de performance teatral, onde certo papel é invocado, observa-se que há a escolha minuciosa de como comportar-se ou fazer-se presente em diferentes momentos. As integrantes invocam diferentes maneirismos em diferentes situações, como quando estão numa reunião que visam deixar as demais prostitutas confortáveis, ou quando estão reivindicando seu espaço legítimo e sua voz política em um congresso com entidades governamentais, e também quando estão inspirando e agradecendo um policial que foi justo com as suas semelhantes. Ao utilizar essas estratégias é possível criar diferentes relações benéficas com agentes de diferentes esferas sociais, ainda que com a mesma demanda e objetivo.

Antes do apoio institucional, as reuniões do NEP aconteciam na casa de alguma das integrantes, na sorveteria que uma delas possuía ou na própria Praça da Alfândega. Qualquer lugar que acomodaria a quantidade de pessoas interessadas, ou que observava-se aglomeração de mulheres prostitutas, era um lugar em potencial para reuniões; essas podiam ser mais formais, organizadas em pautas e com auxílio de terceiros (profissionais da saúde ou do direito, por exemplo) ou mais breves em suas abordagens, com fins de abordar ou identificar as maiores demandas atuais das mulheres ali presentes.

O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida. E observa-se também que quando ocorre que um membro da categoria entra em contato com outro, ambos podem dispor-se a modificar o seu trato mútuo, devido à crença de que pertencem ao mesmo "grupo".⁹ (GOFFMAN, 2004, p. 23)

Conforme me relatou Tina, antes da parceria com a Secretaria da Saúde, as integrantes do NEP chegaram a ir ao Paraguai buscar preservativos masculinos, com o dinheiro arrecadado de programas (de prostituição) que elas mesmas realizavam ou de conhecidas que também frequentavam o espaço; a colaboração financeira para com a organização sempre foi incentivada mas, ainda assim, espontânea. As semelhanças entre suas vivências, observadas pelas prostitutas e apontadas em reuniões, facilitaram a formação de relações de apoio mútuo⁹; a falta de auxílio de órgãos governamentais e estatais nunca as impediu de atuar em prol da população prostituta. Elas circulavam diariamente pela cidade, procurando apoio governamental e não governamental, visando se fazerem conhecidas entre as mulheres (prostitutas e de demais movimentos sociais), as autoridades locais e as demais ONGs. O NEP funcionava como mediador nas conexões que estavam sendo ali estabelecidas. As demandas levantadas pelas prostitutas não eram apenas repassadas aos políticos, mas havia a colaboração para a criação de novos valores e condutas, assim como a habilidade para encontrar pontos de contato e comunicação (KUSCHNIR, 2001).

Nesse processo, há a articulação de diferentes códigos, categorias e perspectivas de modo estratégico, que utiliza inclusive da heterogeneidade da trajetória de cada uma das integrantes do NEP a seu favor. Enquanto uma das integrantes possuía experiência com movimentos sociais, familiaridade com doutrinas religiosas e assertividade na sua fala, outra integrante era prostituta há anos, conhecia a rotina e o clima policial da região, era firme no cultivo da sua própria autoestima e na importância de ajudar as suas semelhantes. O processo de criação de uma comunidade social e política foi iniciado, a partir dos esforços em encontrar semelhanças entre trajetórias e existências distintas - mantendo a individualidade das mulheres prostitutas, mas destacando a importância em também se unirem.

Veena Das (2007) traz a presença de migrantes em vizinhanças urbanas que, através de fortes laços e redes de parentesco, conseguem ocupar locais que poderiam ter sido alocados sobre diferentes esquemas governamentais, para exemplificar a importância do

⁹ Mesmo nos termos de Goffman (2004), eu atribuo esse fenômeno mais à identidade do que "categoria", por englobar mais do que apenas uma característica pontual em comum, mas também sua performance, estereótipos, relações e convicções. Isto é, o modo como interagem com certa categoria atribuída é definidor para uma rede de apoio ser formada.

estabelecimento de uma comunidade social e política. Distante da impressão de que comunidade política (um grupo específico formado dentro da sociedade) é oposta ao Estado, a autora discorre sobre como a vida da comunidade está, na verdade, entrelaçada com as formas de governabilidade do Estado; não como um sistema de vigilância total, mas como contatos esporádicos e intermitentes - como as movimentações do NEP trazidas nesta seção ilustram. Isto é, as condições materiais para a criação de uma comunidade política podem existir, mas para ela ser mantida é necessário entrar em diversas formas de negociações com agentes do Estado, como policiais ou inspetores.

As comunidades políticas nascem de diferentes contextos e, por serem construídas de diferentes formas, não são hegemônicas em sua constituição. Afinal, ainda que comunidades políticas possam nascer de forma aparentemente espontânea, como o ajuntamento geográfico nas periferias de imigrantes que realizam trabalho precarizado, é mais comum nascerem como estratégia para tratar de demandas em comum, como grupos marginalizados que buscam reivindicar seus direitos construindo um discurso conjunto. Em ambos casos, as relações de poder ainda estão presentes e determinam quais desejos, práticas e posturas serão adotadas por aquela comunidade de forma coletiva, pois ainda que certos valores e condutas sejam trazidos de forma individual ao grupo social, só é possível constituir uma comunidade que atuará pela garantia da existência de seus membros quando existe algum tipo de coerência coletiva. A partir desse movimento interno, é possível uma organização que, em relações sociais e políticas externas às do próprio grupo social, produza efeitos favoráveis às suas próprias demandas.

A articulação do NEP em uma rede de contatos que estava ainda sendo construída foi permeada de negociações, influenciando também no desenvolvimento coletivo e gradual dos seus modos de atuação. Visto que as margens em que a população prostituta se encontra são flexíveis e existem sob o efeito de diversos mecanismos e instrumentos de poder (sejam as leis e instituições, autoridades e violência ou contestações de legitimidade), os seus limites estão em constante tensão: surge então a oportunidade de alterá-los ou, outrossim, alterar seus efeitos em grupos e em indivíduos. Argumento, portanto, que a mediação que a ONG faz é um tipo de movimentação que surge do encontro de forças políticas e sociais, que ora atuam em conjunto, ora atuam em oposição - a partir de debates e conversas que negociam certas demandas específicas da população prostituta, utilizando da linguagem de cidadania e das demais identidades que puderem ser instrumentalizadas àquele momento. A partir dessas movimentações, são possíveis mudanças contra interesses do Estado e/ou de uma moralidade

coletiva estabelecida com base na desigualdade e intolerância, elaborando, mais ou menos conscientemente, um projeto organizacional que produza e reproduza agências.

3.3. Conflitos como impulsionadores da construção de discurso e de agência

Em meados de 2019, a prostituição em Porto Alegre estava deveras concentrada em algumas áreas da cidade, com várias casas, andares ou prédios inteiros utilizados para esse fim, frequentemente consistindo em locais visivelmente sucateados e/ou com entradas discretas, mas de fácil acesso. Vários deles eram facilmente reconhecidos pela população em geral¹⁰ e também por agentes estatais que, de tempos em tempos, colocavam em prática diferentes estratégias para exterminar ou dispersar esses focos - como veremos no decorrer desta seção. Mesmo não acabando com a prostituição, a repressão e opressão ao indesejável (materializando a identidade estigmatizada como a da prostituta) é uma prática comum e legitimada nas cidades, de modo que as ações contra mulheres prostitutas não costumam ser questionadas ou, sequer, ganham conhecimento para além do próprio movimento. Isto é, há amplo “desinteresse” na existência de prostitutas, exceto quando as procuram não para tratar da sua saúde e segurança, mas para direcioná-las, cada vez mais, às margens.

Argumento aqui que a própria existência de certos grupos sociais deriva do modo como eles são lidos pelo Estado, visto que os diversos agentes do Estado e mesmo o Estado imaginado coletivamente é observado cotidianamente nos seus efeitos, como produtor da realidade de acordo com seus interesses atuais. Assim, é evidente que a disputa por reconhecimento e legitimação entre narrativas e o conflito entre agentes no seu campo é constante. Refiro-me aqui às disputas e conflitos que envolvem os marcadores sociais de diferença de cada sociedade, e suas implicações na vida comum. Eles apresentam-se como estereótipos sociais, geralmente de inferioridade, que são representações sociais, mas que também executam uma influência real no mundo, através da produção e reprodução de identidades coletivas e hierarquias sociais (Schwarcz et al., 2018). Frequentemente, a percepção desses marcadores gera insatisfação entre diferentes agentes e grupos da sociedade, que consideram os “outros” como menos legítimos. A subjetividade presente nessas relações

¹⁰ “População em geral” inclui os não frequentadores de locais de prostituição e não familiares com essa realidade. O prédio “treme-treme”, localizado na área central da cidade, é um exemplo de local facilmente identificado pelos moradores há décadas, mesmo que a maioria nunca tenha, de fato, adentrado.

constitui modos de agir e pensar de agentes estatais e não estatais, que definem quem é digno de ser protegido ou de ter seus direitos garantidos.¹¹

Neste sentido, a constituição de um sistema de classificação e diferenciação social implica uma estrutura de relações de poder, frequentemente utilizada para (re)produzir estereótipos que sujeitam indivíduos às margens. Ou seja, diversos agentes políticos¹² estabelecem regras acerca do que é “normal” e desejado, assim como o que constitui, na infração desses, o “desvio” indesejado, aplicando-os a marcadores específicos de certos indivíduos - e agindo com “aversão” contra eles. Esse desvio não implica um modelo rígido ou único estabelecido por uma cultura ou sociedade para os seus membros, como um sistema sociocultural com existência própria (e deslocada dos seus membros) e essencial para a continuidade da vida social, como alerta Gilberto Velho (1985). Por vezes, as análises dos “desviantes” surgem a partir da capacidade do indivíduo de se adaptar e de integrar aos objetivos das estruturas sociais e culturais, apagando a constituição complexa dessas (e caindo numa perigosa patologia social, ou seja, a atribuição de motivos psicologizantes, culturalistas ou sociologizantes para determinados comportamentos). Em contraponto, argumenta-se que ainda que a sociedade pode estruturar algumas indicações básicas de comportamento, elas não são deterministas, havendo sempre uma “permanente margem de manobra ou áreas de significado “aberto”, onde possam surgir comportamentos divergentes e contraditórios” (VELHO, 1985, p.21), que se estreitam, ampliam ou mantêm-se estáticas. O caráter desigual e contraditório de todo o sistema sociocultural permite conceber o comportamento desviante como um tipo de problema político vinculado à problemática da identidade, e não a uma inadaptação do próprio indivíduo com a sua cultura cotidiana.

Lembra-se aqui, entretanto, que os indivíduos marginalizados não são simples objetos passivos da manipulação de um Estado com poder nele centralizado. Ainda que com adversidades mais significativas que dos indivíduos que não têm suas identidades inferiorizadas e que não necessitam de novos mecanismos para assegurar seus direitos e suas existências, indivíduos e organizações pertencentes à grupos marginalizados desenvolvem a habilidade de desafiar a moralidade coletiva e a ordem sociopolítica, utilizando de um tipo de agência que pode ser verificado em diferentes níveis: no pessoal, quando uma prostituta afirma que somente realizará programas usando preservativo, sob regras claras e consentidas

¹¹ James Holston (2013) traz uma perspectiva interessante sobre as diferenças sociais no Brasil serem instrumentalizadas pela elite durante o processo de produção de cidadania, a fim de manter seus direitos, poderes e privilégios a partir da exclusão social e política da maioria da população.

¹² Utiliza-se aqui “agentes políticos” ao tratar de grupos ou entidades não-governamentais e também governamentais, que possuem algum tipo de pertencimento político (formal ou não) e/ou social dominante, e por isso conseguem estabelecer ou manter as “regras” sociais de seu interesse - evidentemente, que os favorecem.

por ela, como no coletivo, quando ocorre a articulação de prostitutas para contestar um mecanismo institucional - exemplo narrado a seguir.

Em 2019, sem qualquer aviso prévio, a fiscalização da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Porto Alegre (SMIC) passou em diversas salas alugadas para programas de prostituição do Centro Histórico de maneira intimidadora e pegando as mulheres que ali estavam desprevenidas, tendo entregue uma intimação com prazo de cerca de duas semanas para que elas apresentassem o alvará de funcionamento das suas respectivas salas ao órgão municipal. O clima de confusão fez com que algumas delas reagissem contestando a ação surpresa que se desenrolava, mantendo-se firmes na defesa das salas, enquanto algumas ficaram acuadas, perante a incerteza daquela intervenção e do anseio que alguma reação pudesse dificultar a sua defesa. Após o ocorrido, em meio ao desespero dos desdobramentos caso as salas não fossem “regularizadas”, pagar uma multa cobrada diariamente ou ter a sala provisoriamente ou definitivamente fechada, as próprias prostitutas incentivaram às colegas hesitantes a relatar o ocorrido ao NEP, solicitando algum tipo de auxílio jurídico ou mesmo aconselhativo.

Enquanto é amplamente reconhecido pelas mulheres prostitutas que não há crime ou atividade irregular no exercício da sua profissão, a contestação o às autoridades, quando se faz parte de uma população marginalizada, é incontestavelmente mais desafiador. As identidades que são “desviantes sociais” sofrem com um tipo de aversão que cria uma categoria não digna de respeito, desprovida de moralidade e de desejabilidade e que produz efeitos discriminatórios, como o narrado.

A importância da proximidade com o NEP é reforçada nesses momentos, como uma fonte de apoio com credibilidade e conhecimento institucional para contestar autoridades (que usam do seu poder de forma discriminatória), de forma organizada politicamente e concisa. Essa articulação não implica que a agência individual das mulheres prostitutas seja ilegítima ou inexistente (visto que não foi unânime o sentimento de hesitação e insegurança naquela situação), mas colabora com a construção de uma comunidade política, que ajuda a proteger a integridade de seus membros. A partir dessa constituição, alguns mecanismos podem ser mobilizados coletivamente, como a utilização de uma linguagem que reivindica a cidadania e os direitos civis e humanos de certas identidades, frequentemente invocada nas mediações do NEP, ajudando no reconhecimento das pautas por entidades governamentais mas também no reconhecimento do NEP como um espaço confiável pelas prostitutas, ao qual se pode recorrer, independente de quaisquer julgamentos ou violências institucionais.

A cidadania aparece então como um tema central nas disputas por legitimação entre agentes, principalmente os que carregam marcadores sociais de inferioridade, podendo ser observada como mecanismo de legitimação e como linguagem desenvolvida enquanto se movimentam politicamente. A sugestão aqui é a de que a cidadania é tanto um resultado a ser alcançado quanto um meio de alcançar outros resultados, e é frequentemente mobilizada por diferentes grupos sociais e/ou institucionalizados, a nível local ou global. Isto é, uma das pautas centrais no surgimento de movimentos sociais é a luta por uma cidadania plena, mais inclusiva, que assegure direitos para todos. Ao mesmo tempo, percebo em campo que se pode usar da cidadania como sinônimo para um sentimento de empatia e cuidado ao próximo, sensibilizando a população em geral sobre demandas específicas sem necessariamente atribuí-las a uma pauta política.

O ocorrido com os fiscais foi, então, mencionado por Whatsapp para o NEP e assim combinamos de, na semana seguinte, um pequeno número de mulheres vir até o nosso espaço para que relatassem tudo que presenciaram e, posteriormente, fôssemos à SMIC, averiguar o que poderia ser feito com o próprio órgão municipal. No dia combinado, enquanto detalhavam o episódio, algumas mulheres disseram que possuíam curso de massagem e, por isso, poderiam oficializar sua sala como a de uma massagista, obtendo assim um alvará para esse tipo de ofício e cessando o risco de serem expulsas. A possibilidade foi descartada rispidamente por Tina, replicando que elas poderiam ser acionadas por massagistas profissionais, e responsabilizadas judicialmente por estarem se apropriando de uma atividade que não é realmente (ou unicamente) realizada ali: “você faz é *programa*, você são *prostitutas*”. A fala de Tina estava baseada no fato de que prestar serviço de sexo não é crime no Brasil, e ela fez questão de frisar isso. Completo então a sua fala, com a caracterização jurídica: os delitos mais próximos seriam o de Ato Obsceno, art. 233 do Código Penal, que consiste em “praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público”; ou Importunação Ofensiva ao Pudor, art. 61 da Lei de Contravenções Penais, que consiste em “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor”. Ambos possuem penalidade de multa ou reclusão, mas não eram aplicáveis àquela situação, dado que as mulheres não circulam nuas e não praticam quaisquer atos sexuais em espaços abertos/públicos.

A palavra *prostituta* é proferida sem pudores, de forma assertiva, frequentemente entre as fundadoras do NEP. Essa é uma estratégia usada para ressignificar a conotação geralmente negativa do termo, tornando-a neutra ou positiva, transformando a relação que as próprias mulheres têm consigo mesmas a partir do trabalho que exercem. Isto é, há ênfase em

apropriar-se da palavra *prostituta* a fim de desvinculá-la do estigma tradicionalmente a ela ligado pelo senso comum, como um perfil desviante e menosprezável (principalmente, mas não exclusivamente) de mulher. Por conseguinte, a identidade prostituta é vinculada à identidade cidadã, constituindo um processo que visa alterar estruturalmente o imaginário coletivo, as práticas burocráticas e as relações políticas e sociais que são condicionadas a partir do estigma que as prostitutas possuem.

O NEP, quando centraliza no seu discurso a cidadania, a autoestima e a saúde das mulheres prostitutas em suas pautas, desafia a desigualdade e a intolerância com a qual elas convivem. A cidadania, quando invocada como linguagem, contribui para a construção e a confirmação da capacidade de agir que é desenvolvida na ação política e social com vista a superar a marginalização. Distanciando-me da postura da vitimização de indivíduos que possuem obstáculos sociais específicos, tratando-os como sujeitos passivos de um sistema e de uma ordem que os controla e domina, percebi que o discurso de grupos marginalizados é desenvolvido enquanto “[...] exigem que sejam reconhecidos como sujeitos ativos socialmente com o direito de ter direitos e, crucialmente, o direito de definir quais são esses direitos. Isso é uma reivindicação para participar no governo e nas tomadas de decisão” (LAZAR, 2016, p. 8, tradução minha). Por isso, argumento que a ação política e social acompanha a produção da cidadania, ambas em construção simultaneamente.

Imediatamente após a conversa, as integrantes do NEP e prostitutas dirigiram-se então à SMIC. Estávamos entre coordenadoras, voluntárias, uma advogada (que já voluntariou no espaço e mantém contato, auxiliando gratuitamente quando necessário), e duas prostitutas presentes no momento da abordagem da fiscalização. Eram 10 minutos de caminhada de onde estávamos, e o trajeto pareceu ainda mais rápido com a conversa fiada que acontecia. As integrantes do NEP, confiantes, buscavam também tranquilizar as mulheres, que não sabiam o que esperar do encontro. Chegando lá, foi apresentado o termo que exigia apresentação do alvará para as salas continuarem abertas (e que, até ser formalizada a regularização, implicaria o pagamento de uma multa) e Tina, tomando conta do espaço com desenvoltura, em tom de empolgado deboche, falou com um dos funcionários da Secretaria:

- Moço, a gente tá tão feliz, porque a gente tá lutando há tantos anos pra regulamentar a prostituição e, agora, vocês tão pedindo o alvará das salas. Então vocês já regulamentaram [a prostituição]? Nós vamos conseguir tirar o alvará? Se for assim, ótimo, diz como a gente deve proceder, que vamos encaminhar toda a papelada pras gurias que têm sala. (Horizontalina, coordenadora do NEP).

O funcionário, ainda confuso com a chegada repentina de todas as mulheres, disse que aquele não era o caso, a prostituição não havia sido regulamentada e não teria como conseguir esse tipo de alvará. Tina rapidamente faz a réplica, então:

- Como então que você [se referindo à SMIC] vai querer um alvará de uma profissão que existe de fato e não de direito, que está hoje na Classificação Brasileira de Ocupações [nº 519805 - Profissional do sexo] e não é legalizada? Não podemos conseguir alvará para algo que não existe de direito, existe (apenas) de fato [se referindo à prostituição não ser crime no Brasil, mas também não ser regulamentada]. Então vocês vão nos dar qual procedimento deve ser feito, a gente vai encaminhar toda a papelada que for necessária, porque o ato de se prostituir não é crime. Ou vocês vão fazer isso ou vão dizer pra gente como vai ficar, porque elas não são massagistas nem dançarinas para conseguirem esse tipo de alvará. (Horizontina, coordenadora do NEP).

A advogada que as acompanhava reiterou alguns pontos sobre a ilegalidade e incoerência da fiscalização realizada, enquanto o restante das mulheres observavam um pouco mais tranquilas e empolgadas. A assertividade gerou promessas tímidas de um retorno, por parte do funcionário, que nunca aconteceu. Saímos do prédio com semblante vitorioso, orgulhosas por termos conseguido facilmente contestar com veemência a atitude equivocada que tentava prejudicar as prostitutas e impedi-las de continuarem trabalhando. A fiscalização não apareceu mais nos lugares abordados e o duvidoso processo que exigia alvarás foi arquivado. Assim que o NEP soube disso, foi pedido, não obstante, a cópia desse arquivamento, que foi devidamente guardada na biblioteca particular da organização.

Teresa Caldeira (2003) ajuda a pensar sobre um corpo “incircunscrito” que, por existir no contexto brasileiro de deslegitimação de direitos individuais, é passível de abusos, intervenções e manipulações externas. Em consonância, Saba Mahmood (2019) pode ser invocada para pensar novos modos de agência (em contraposição às concepções tradicionais da teoria feminista), para além do binarismo resistência e subordinação, entendendo-a como a “capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (MAHMOOD, 2019, p. 139)¹³. Isto é, quando olha-se para o NEP utilizando desses conceitos, conclui-se que a agência da organização e das mulheres prostitutas é desenvolvida a partir de e num contexto de desigualdade e violência que subjuga suas identidades, simbolicamente e fisicamente, favorecendo ataques que reforçam sua condição de marginalizadas. As relações de poder são evidenciadas quando os agentes fiscais

¹³ Saba Mahmood (2019) analisa as práticas de um movimento pietista feminino, integrado no revivalismo islâmico no Egito, para defender a separação entre agência e resistência, distanciando-se do pensamento feminista ocidental. Utilizo o texto aqui como um paralelo para pensar novos modos de construção de agência, levando em conta as particularidades do episódio narrado e da própria existência do NEP.

possuem uma suposta liberdade para intimidar e abordar as prostitutas da região, ao mesmo tempo que a identificação dessa conduta como problemática é o início do desenvolvimento de estratégias para reagir.

A mediação que ocorreu entre a organização e o órgão público evidencia um tipo de agência que utiliza novas estratégias: a autonomia e a potência daquelas mulheres não vem da sua desvinculação com a prostituição, a partir de um discurso profissionalizante ou de “reparação social” que, paradoxalmente, reforça o estigma da prostituta.¹⁴ O processo de construção de agência, que é em grande parte discursivo (retoma-se a afirmação da identidade prostituta), molda-se de acordo com as pautas identificadas pela organização, com os agentes envolvidos nas disputas políticas e sociais enfrentadas, e com os instrumentos dos quais dispõe naquele momento - assegurar os locais de trabalhos das prostitutas, provando da sua legitimidade para os fiscais, através da mediação por quem tinha a segurança e confiança para fazê-la. Conclui-se que a agência, além de um tipo de resistência numa relação de aparente subordinação social, é também a capacidade desenvolvida para ação em relações específicas.

O último episódio parecido com o narrado, no qual uma fiscalização municipal teria tentado barrar o exercício da profissão de prostitutas solicitando algum tipo de documento impossível de ser emitido teria acontecido há 10 ou 15 anos. Foi-me relatado pelas coordenadoras que a tendência dessas estratégias de repressão, utilizando de mecanismos burocráticos (em contraponto à violência policial, física e pública, presente no início do NEP) é crescer durante a troca de governo ou setores da Prefeitura; com profissionais que ainda não conhecem os rostos e a articulação do movimento de prostitutas porto-alegrense e o consequente conhecimento empírico e jurídico de processos que visam desorganizar ou deslegitimar as prostitutas. O NEP demonstrou calma e confiança para agir nesse caso, pois já presenciou tentativas similares de entidades governamentais, em grande parte fracassadas. O trabalho que executam é amplo, contínuo e consistente, pois o cenário político e social em que as prostitutas se encontram ainda é de aversão e de intolerância para com as prostitutas - coletivamente são desenvolvidas estratégias de legitimação, reivindicação e afirmação da sua identidade e da sua cidadania em relações com outros indivíduos e entidades, mas também para consigo mesmas. Isto é, num cenário de disputas sociais e políticas constantes, a auto-organização de grupos marginalizados visa também consolidar uma comunidade que proporciona acolhimento e segurança, cooperando para a transformação da identidade negativa, resistindo contra uma realidade social que lhe é hostil.

¹⁴ Ver Silva;Blanchette (2017), para mais sobre a concepção equivocada de alguns grupos políticos sobre trabalho sexual.

3.4. Transformação da identidade: a autoestima da "mulher prostituta"

Entende-se o NEP, portanto, como parte de um movimento identitário, que assume o termo *prostituta* e o utiliza quando se apresenta, se movimenta socialmente e reivindica suas pautas. Para construir sua posição sobre essa identidade considerada desviante, necessita-se de um discurso conciso, que aponte as causas e as consequências do estigma enfrentado, tornando-o socialmente inteligível e legítimo entre as tensões, conflitos e negociações que existem num contexto de marginalização. A linguagem da cidadania é então invocada por grupos sociais marginalizados, por seu aspecto flexível e subjetivo, localizado historicamente e geograficamente. Ao buscar contornar os perigos da “cristalização” da identidade, universalizando-a ou particularizando-a¹⁵, o discurso transforma a identidade através da manifestação, organizada e inteligível, de sentimentos coletivos aos outros. O NEP utiliza certas matrizes discursivas, como a da cidadania e dos direitos humanos, num processo de legitimação e reivindicação das mulheres prostitutas que, inevitavelmente, aborda suas vivências e o impacto pessoal do estigma atribuído a elas, isto é, seus sentimentos particulares, que podem se apresentar também em suas semelhantes.

A atuação da organização consiste, em grande parte, na mediação com outros agentes e entidades, mas também implica na melhora da relação das mulheres prostitutas com elas mesmas. Nas palavras de Tina, coordenadora do NEP, “Pra você ter cidadania, você tem que ter autoestima. Uma coisa anda junto com a outra”. Uma comunidade de apoio, que visa o acolhimento desse grupo, proporcionando um espaço seguro para existência e convivência, como alívio à desigualdade e a intolerância presenciadas cotidianamente, é constituída nesse momento. A identificação coletiva é essencial para a transformação política e social da condição de marginalizadas, mas também para a transformação individual. Erving Goffman (2004) alerta para os perigos dos estigmatizados alimentarem um auto-ódio e autodepreciação durante o contato cotidiano com indivíduos não estigmatizados, resultando numa profunda insegurança que leva a diversas consequências, uma delas sendo o isolamento. Enquanto o autor foca em estigmas “visíveis”, como deficiências físicas, pode-se utilizar dessas reflexões para pensar a atuação do NEP: independente de engajamento político e social das suas frequentadoras, busca-se estabelecer uma comunidade que as influencia positivamente, num

¹⁵ Cynthia Sarti (2011), quando discorre sobre a utilização da figura da “vítima” para dar inteligibilidade ao sofrimento proporcionado pela violência de gênero, alerta para os riscos de movimentos identitários cristalizarem identidades particularidades ao reconhecerem (ou não) certos direitos individuais em suas pautas.

nível pessoal, como reação à realidade de desigualdades e intolerâncias que enfrentam, em algum nível, cotidianamente.

Assumir a identidade *prostituta* com orgulho ou, ao menos, sem desculpar-se ou esconder-se, torna-se a base do processo de reconhecimento e reivindicação dos seus próprios direitos, assim como o reconhecimento do seu próprio valor. A auto aceitação, como parte de um processo de fortalecimento pessoal, é crucial para a continuação da existência de grupos marginalizados e estigmatizados; as ONGs podem colaborar então auxiliando no incentivo da auto afirmação, da auto segurança e da auto realização.

[...] afirmar-se/construir-se como prostituta significa posicionar-se teimosamente como alguém sobre quem, errônea ou injustamente, recai um enorme julgamento negativo na “sociedade”. O entendimento desse valor negativo (do estigma) como um erro e uma injustiça social possibilitaria a positividade da experiência própria, da identidade e da reivindicação. (OLIVAR, 2013, p.288).

Os efeitos desses processos podem então ser replicados entre os estigmatizados, que impulsionam cada vez mais a subversão da sua condição social de inferior ou indesejável. Isto é, as ações coletivas de comunidades de apoio frequentemente produzem efeitos positivos individuais em seus membros que, quando observadas em sequência, impactam positivamente o coletivo: um movimento de fortalecimento mútuo que se retroalimenta.

O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida. E observa-se também que quando ocorre que um membro da categoria entra em contato com outro, ambos podem dispor-se a modificar o seu trato mútuo, devido à crença de que pertencem ao mesmo "grupo". (GOFFMAN, 2004, p. 23)

Esse entendimento foi o catalisador para a realização de um evento no NEP, com as suas frequentadoras, narrado a seguir.

Numa sexta-feira fui chamada por Soila, coordenadora do NEP, para ajudar na organização de um “momento de beleza” com o consultor de uma marca de maquiagem. A fim de realizar uma oficina gratuita de cuidados com a pele ou automaquiagem, o NEP já contactou e já foi contactado por algumas empresas dedicadas à saúde e bem-estar das mulheres. Geralmente, há algum tipo de proximidade prévia, seja o vínculo empregatício de uma integrante ou a indicação de um conhecido pessoal, o que foi o caso. Soila queria opiniões sobre um post que seria feito na conta do Instagram da organização, chamando para a oficina que aconteceria na terça seguinte, 9h30 - esse possuía, como incentivo à participação das

mulheres prostitutas, as informações de que aconteceria o repasse de material (isto é, preservativos masculinos e lubrificantes) e encaminhamento para consulta com ginecologista.¹⁶ Não é rara a divulgação de ações, parcerias e decisões acerca da organização serem assim, repentinas. Acatei o pedido, como de costume, após adquirir mais algumas informações sobre os participantes e o objetivo do pequeno evento: ensinar as mulheres prostitutas a utilizarem alguns produtos de cuidado com a pele, utilizando-os como ferramentas para melhorar a autoestima e dedicarem um tempo ao autocuidado.

No dia e no horário combinado, compareci então à sede. Fui recepcionada com rapidez, me deslocando diretamente ao fundo do espaço, onde estavam as coordenadoras ocupadas, arrumando tudo para a oficina que aconteceria em breve. Tina estava simultaneamente montando e cortando sanduíches, dos quais que ela mesma tinha comprado os pães e preparado o recheio, dispondo-os numa bandeja com guardanapos. Soila estava organizando panfletos, o café na térmica, o notebook que tocava uma rádio no fundo (“para dar uma animadinha”). Conversávamos enquanto arrumamos tudo e, dali há 40 ou mais minutos, o consultor da marca de maquiagem chegou, com uma maleta cheia de produtos. Era muito carismático, já tinha feito uma oficina com o NEP por meados de 2019, e se mostrava empolgado com o fato da organização e da marca estarem mantendo contato. O clima era descontraído, com conversas paralelas, risos empolgados e às vezes ansiosos. Após uma breve introdução da marca, houve a demonstração da aplicação de alguns produtos em uma das mulheres, com as seguintes reproduzindo os ensinamentos em si mesmas, sempre conversando - o comentário “ó, depois desse tratamento tem até que aumentar o valor do trabalho!”, referente ao preço dos programas, foi recorrente, gerando algumas risadas.

As oficinas, apesar de serem muito incentivadas e bem aproveitadas por quem as frequenta, não costumam atrair número alto de participantes. Apenas duas mulheres prostitutas apareceram nesse evento, de modo que a maioria das participantes foram integrantes da própria organização (as coordenadoras, eu e mais uma voluntária). Isso se deve principalmente a dois fatores: os minutos utilizados ali podem ser minutos em que ocorreriam um ou dois programas, o que as fariam perder essa possibilidade de dinheiro - os preços dos programas variam de acordo com o tempo e o local: R\$ 50,00 na rua são 10 minutos, em salas garante meia hora, em cabarés o preço mínimo é o dobro desse, em salas de massagem os

¹⁶ O NEP firmou parceria com um hospital da rede pública de saúde próximo há alguns anos, após uma reunião com a diretoria do último ter sido agendada por demonstrarem interesse em realizar uma pesquisa com a organização. Desse modo, designou-se o atendimento preferencial, às prostitutas que receberam encaminhamento, por uma enfermeira do Setor de ISTs/HIV, familiarizada com as suas demandas e vivências específicas.

tempos e valores variam de acordo com as atividades escolhidas etc.; em geral elas estabelecem uma “meta”, como 10 programas em sala por dia. Por serem autônomas, e não necessariamente cumprirem um horário fixo, o período da manhã nem sempre é dedicado ao trabalho, não havendo tanta disposição ou disponibilidade para deslocarem-se até ao NEP. Ainda assim, a realização desses encontros é uma oportunidade de reforçar a presença da organização e de manter contato ao menos com as mulheres que eventualmente ali comparecem - o mero comentário positivo com uma colega de profissão, sobre o que foi proporcionado e o que o espaço pode vir a proporcionar, é benéfico a ambas partes. É um modo indireto de fazer-se presente entre as prostitutas da região, e de continuar existindo no imaginário delas.

Após o término da oficina, foram repassados os preservativos masculinos e lubrificantes para as mulheres presentes (uma cota significativamente maior do que a semanal que geralmente é oferecida), e despedimo-nos, reforçando a necessidade de visitar eventualmente o espaço e incentivar as conhecidas prostitutas a fazerem o mesmo. O consultor informou que seria também de seu interesse realizar visitas mensais como essa, em que poderia ensinar algumas técnicas ou cuidados que todas devem ter para manter a saúde do rosto - a marca incentiva esse tipo de ação. Empresas ou entidades que abordam grupos marginalizados e/ou em situação de vulnerabilidade, visando realizar algum tipo de ação beneficente são oportunidades extremamente produtivas de parcerias: afinal, é uma ótima maneira de criar vínculos institucionais, manter o compromisso com a garantia da cidadania, autoestima e saúde (pirâmide constitutiva do NEP) e estimular a visita das mulheres prostitutas ao espaço, que podem motivar-se pela oportunidade de aprender novas técnicas de beleza, conhecer mais sobre seu ofício e seus direitos jurídicos, ou, na mais simples hipótese, ter seus preservativos da semana garantidos após a breve participação numa oficina.

O NEP desenvolve um papel importante na articulação de demandas com órgãos do Estado e entidades que dialogam com a sua atuação, assim como no incentivo à auto estima e autocuidado das prostitutas. A constituição do NEP como espaço de mediação e transformação da identidade estigmatizada é então reafirmada também por ações como essa, que buscam a manutenção e a permanência das relações que foram criadas até então - sempre motivadas pelo mesmo lema, de garantir a cidadania, a saúde e a auto-estima das prostitutas.

Isto é, o trabalho da organização é contínuo pois o imaginário e as narrativas que afetam essas mulheres, no nível pessoal e no nível coletivo, estão em constante mudança. As condições de marginalização e estigmatização, que já são subjetivas para cada prostituta, variam com a temporalidade e localização que existem naquele momento - é natural, portanto,

que os laços com a comunidade que compartilha a mesma identidade devem ser constantemente reforçados ou mesmo criados. Pois se nem o Estado, a concepção de cidadania e de direitos humanos ou os discursos e ações de grupos sociais são rígidos e imutáveis, tampouco a constituição de espaços de mediação e comunidades de apoio poderiam ser.

4. CONCLUSÕES

Retomo que o Estado manifesta-se numa variedade de identificações, discursos e práticas de poder que são produzidos no cotidiano, e reproduzidos num imaginário social coletivo. Considerando, neste trabalho, o seu contexto sociopolítico e etnográfico como o de desigualdades historicamente construídas, as margens que surgem do Estado (DAS; POOLE, 2018) constituem espaços de exclusão e deslegitimação social, favorecendo a criação de estigmas sociais que subjagam identidades específicas e naturalizam processos discriminatórios contra elas - traduzindo-se, por exemplo, na dificuldade em ter sua cidadania legitimada ou seus direitos civis e sociais garantidos. Dito isso, os seus efeitos não condicionam a passividade e subordinação implícitas em certos grupos sociais, mas possibilitam justamente o contrário. Isto é, como reação ao processo discriminatório direcionado, os indivíduos que estão subjagados a um estigma particular tendem a fomentar um tipo de organização que os engloba em maior ou menor medida, alinhando assim membros de uma mesma categoria atribuída externamente com vivências similares (GOFFMAN, 2004).

Estabelecemos então que o surgimento do NEP vem a partir da identificação da condição de estigmatizadas das mulheres prostitutas. A necessidade de revertê-la é o que impulsiona, em seguida, a mobilização social e política dessas mulheres. A formação de relações é favorecida por essa identificação, que modifica o seu trato mútuo (já que agora possuem o sentimento de pertencimento ao mesmo coletivo), o trato com os “outros” (seja de aversão, exclusão, didática etc.) e com os processos pelos quais creem que compartilham (como transformar ou reafirmar sua identidade estigmatizada ou reivindicar seus direitos). Essa movimentação coletiva toma forma especialmente em espaços de negociação, em que forças de diferentes agentes se unem ou se contrapõem, ao buscar mudanças políticas e sociais. São nessas tensões que surge a possibilidade de transformação da realidade, levando os indivíduos a assumirem também a identidade de mediadores, estabelecendo uma dinâmica comunicação entre diferentes categorias sociais e agentes governamentais e não-governamentais.

O NEP e muitas outras organizações que integram movimentos identitários participam de um processo de transformação de valores sociais e mudança da moralidade coletiva, ainda que de maneira local, contestando, simultaneamente, estruturas de funcionamento e organização de um Estado que constantemente produz e reproduz desigualdades. As ações de mediação, argumentamos, evidenciam estratégias de organização e reivindicação que

favorecem às possibilidades de grupos marginalizados obterem resultados efetivos em suas demandas. Essas movimentações surgem a partir de encontros de forças políticas e sociais distintas, que podem atuar em conjunto ou em oposição, a favor ou em detrimento de uma pauta levantada. Conseqüentemente, as negociações entre diversos agentes que ocorrem na implementação destas contribuem para determinar e moldar a própria realidade e imaginário social em que elas existem.

Observa-se que as mediações ocorrem no campo institucional, no diálogo com políticos e órgãos municipais, mas também são frequentes em contatos esporádicos e interações sociais do cotidiano, como numa conversa entre policiais que é influenciada positivamente pela familiaridade com a ONG. O NEP articula-se de modo a constituir uma comunidade que assegura a sua legitimidade e reconhecimento social, como parte de um projeto organizacional mais ou menos consciente, que produz efeitos a nível pessoal e a nível coletivo, diretos e indiretos.

Ao buscar a superação da marginalização, as ações políticas e sociais integram processos de construção e confirmação da capacidade de agir da organização e das mulheres prostitutas. Em consonância à construção dessa agência, é impulsionada também a construção do discurso coletivo, utilizando de uma linguagem que mobiliza a cidadania para reivindicar os seus direitos, sua própria cidadania e a identidade prostituta como legítima. Os episódios narrados nos capítulos anteriores servem de ilustrações empíricas para pensar como a cidadania é produzida, subjetivamente, através de diferentes práticas (LAZAR, 2016) e valores. Também pauta fundamental do NEP, a transformação da identidade estigmatizada, prostituta, complementa esse processo de produção de cidadania.

Isto é, as movimentações da ONG indicam uma capacidade desenvolvida para agir em contatos e situações específicas que as contemplam, indo além da insubordinação ou resistência social. Verificamos, no decorrer desse trabalho, o extenso potencial de mobilização social do NEP através da contestação cotidiana e organizada de relações de poder, precariedades, violências e obstáculos sociais que lhes atravessam. Desse modo, podem ser exigidas adaptações da estrutura social e dos fundamentos tradicionais às práticas e circunstâncias que ONGs alteram e desenvolvem (FISHER, 1997).

Finalmente, destaco que esse processo é, além de local, contínuo e dinâmico: não havendo mudanças sociais e políticas que sejam definitivas, objetivos que sejam alcançados na sua completude, ou demandas que são resolvidas permanentemente. A tarefa é inesgotável, incansável e incessante porque as circunstâncias (os agentes, os valores, as disputas etc.) da realidade estão em constante movimento, alterando-se e alternando-se. O NEP nos permite

uma visualização etnográfica desses fenômenos, evidenciando as possibilidades de organização, de transformação da identidade e de produção de cidadania a partir de um projeto local que continua a se (re)construir, para continuar existindo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARETXAGA, Begoña. Maddening States. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 32, p. 393-410, 2003.

BEZERRA, Raphael Lopes Costa. **A trajetória dos Direitos Humanos e sua internacionalização: breve histórico**. JUS.com.br, 30/01/2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35959/a-trajetoria-dos-direitos-humanos-e-sua-internacionalizacao-breve-historico>. Acesso em: 02 ago. 2022.

Brasil lidera número de mortes de travestis e transexuais. **EXAME**, São Paulo, 29 jan. 2014. Disponível em: <https://exame.com/mundo/brasil-lidera-numero-de-mortes-de-travestis-e-transexuais/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm#art361.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Lex: Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Lex: Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei das Contravenções Penais**. Decreto-lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 399 pp, 2000.

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. **Ministério do Trabalho**. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

Chico Buarque. Geni e o Zepelim. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/77259/>.

DAS, Veena. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley, Los Angeles; London: University of California Press, 2007.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DE SOUSA, Fabiana Rodrigues. **Putas que falam: Reflexões sobre autonomia e protagonismo político de prostitutas**. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503772315_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FGe.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

Elis Regina. Velha Roupa Colorida. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/elis-regina/91023/>>.

FISHER, William F. **Doing Good? The Politics and Antipolitics of NGO Practices.** Annual Review of Anthropology, vol. 26, pp. 439–64, 1997.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. **Direitos dos mais ou menos humanos.** Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, n. 10, p. 83-121, 1999.

Geni e o Zepelim. **Letras Terra.** Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/77259/>>. Acesso em: 19 set. 2022.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** Coletivo Sabotagem, 2004.

GONÇALVES, M.A. Tendência para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 out. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924781-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

HABERMAS, J., & REHG, W. (1998). Remarks on legitimation through human rights. **Philosophy & Social Criticism**, vol. 24, p. 157–171, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/019145379802400211>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

LAZAR, Sian. Citizenship. In: **The Cambridge Encyclopedia of Anthropology** (eds). University of Cambridge, 10 pp, 2016.

MARSHALL, T. H. Citizenship and Social Class. In: MARSHALL, T. H. e BOTTOMORE, Tom. **Citizenship and Social Class.** Chicago: Pluto Classic (reimpr.), p. 3-51, 1996.

MILÁ, M.M. Income inequality, growth and elite taxation in Brazil: new evidence combining survey and fiscal data, 2001–2015. In: **Working Paper**, n. 165. Brasília: International Policy Center for Inclusive Growth, 2018. Disponível em: <http://ipcig.org/publication/28482?language_content_entity=en>. Acesso em 22 jul. 2022.

MITCHELL, Timothy. “Society, Economy and the State Effect”. In: **State/Culture: State-Formation after the Cultural Turn.** Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, p. 76-97, 1999.

MOIRA, Amara. Amara Moira: Não há feminismo sem prostitutas, não há esquerda sem prostitutas. **Mídia Ninja**. Disponível em: <<https://midianinja.org/amaramoira/nao-ha-feminismo-sem-prostitutas-nao-ha-esquerda-sem-prostitutas/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 358p, 2013.

OLIVEIRA, Paula J. J. A Cidadania é para todos: Direitos, deveres e solidariedade. Teresina: **Revista Jus Navigandi**, ano 15, n. 2517, 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14885>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

PACHECO, M. A. A. As manifestações sociais como exercício da cidadania no Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito**, v. 12, n. 02, p. 01–32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10735>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2022>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SARTI, Cynthia. A Vítima como Figura Contemporânea. **Cadernos CRH**, nº 24, p. 61, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M. The past of the present. DULLO, Eduardo; HATZIKIDI, Katerina (orgs.). **A Horizon of (Im)possibilities: A Chronicle of Brazil's Conservative Turn**. University of London Press, p. 37-57, 2021.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 496 pp, 2018.

SILVA, Ana P.; BLANCHETTE, Thaddeus G. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700500019>>. Acessado em: 17 jun. 2022.

SILVA, José A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19.^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, p. 62, 2001.

SOUZA, Renata. Quase 320 pessoas LGBTI+ morreram por causas violentas no Brasil em 2021, diz entidade. **CNN Brasil**, São Paulo, 17 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-320-pessoas-lgbti-morreram-no-brasil-em-2021-diz-entidade/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

TAVOLARO, Sergio B. F. **Quando discursos e oportunidades políticas se encontram.** Para repensar a sociologia política da cidadania moderna. Novos Estud. -CEBRAP, n. 81, p. 117-136, 2008.

VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VELHO, Gilberto. Biografia, Trajetória e Mediação. **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.